



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA – CENTRO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE (CETENS)
ESPECIALIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SUSTENTABILIDADE

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA A DEFESA DA VIDA

Feira de Santana, 2019

JACINEUMA SOUZA SANTOS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA A DEFESA DA VIDA

Monografia apresentada como pré requisito para conclusão do Curso de Especialização Interdisciplinar em Ambiente, Tecnologia e Sustentabilidade do Centro de Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Idalina Mascarenhas Borghi

Feira de Santana, 2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA A DEFESA DA VIDA

Monografia apresentada ao Curso especialização interdisciplinar em ambiente, tecnologia e sustentabilidade do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS/UFRB), no dia 14 de fevereiro de 2019, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em ambiente, tecnologia e sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Idalina Souza Mascarenhas Borghi
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Professora Adjunta CETENS/UFRB
Orientadora

Nilson Antonio Ferreira Roseira
Doutor em Educação pela Universidade de Barcelona (UB)
Professor Adjunto CETENS//UFRB

Cláudio Adão Dourado de Oliveira
Graduação em Antropologia Aplicada.
Universidade Politecnica Salesiana de Quito, UPS, Equador.
Especialização em Direito Agrário. (Carga Horária: 420h).
Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

QUADRO DE FIGURAS

FIGURA	PÁGINA
FIGURA 1 -Tabela comparativa dos Conflitos no Campo dados anuais	10
FIGURA 2 – Gráfico	10
FIGURA 3 – Quadro Sinótico	11

AGRADECIMENTO

A Deus que me concedeu a graça de chegar até aqui; a minha querida família natural e a espiritual que sempre cuidou de mim e rezou e se alegrou com minhas vitórias; aos colegas que se tornaram amigos e que trouxeram mais luz, alegria e calor à minha vida com suas presenças; aos professores, mestres, doutores e amigos que, para além dos títulos e dos conhecimentos, passaram deixando um rastro de luz, esperança e possibilidades, levando-me a crer mais ainda que pelas vias da educação o mundo melhor, que tanto sonho, se torna uma realidade possível para todos nós; um agradecimento muito especial à Idalina S. Mascarenhas Borghi, professora, doutora, amiga e mestra que durante esse percurso de construção desta Monografia esteve ao meu lado, incentivando, corrigindo, respeitando meu espaço, sofrendo e se alegrando comigo; sem ela não seria possível concluir esse trabalho, Professora querida tens o meu carinho, respeito e admiração eternos;

E por fim aos meus pais em memória que não estudaram muito, mas me deram a possibilidade de fazê-lo, foram um estímulo à minha perseverança! Que me abençoem e se alegrem por mais uma etapa superada.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	CPT E MEIO AMBIENTE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A AGROECOLOGIA	5
2.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	9
2.2	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA	11
3	PERCURSO METODOLÓGICO	19
3.1	CAMPO DA PESQUISA	22
4	ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	24
4.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRAFICA DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO	24
4.2	ATUAÇÃO DA CPT NA COMUNIDADE DE URUÇU: ENTRE A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E A BUSCA DA SUSTENTABILIDADE	30
4.3	4.3 CONTRIBUIÇÕES DA CPT PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	34
4.4	PRESERVAR, CUIDAR E CONVIVER COM O SEMIÁRIDO, UMA ATITUDE EM DEFESA DA VIDA	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	44

APÊNDICE

SANTOS, Jacineuma Souza. **Comissão Pastoral da Terra e Educação Ambiental: da construção da autonomia a defesa da vida.** 2019. 46 f. Monografia (Monografia do curso de Especialização Interdisciplinar em Ambiente, Tecnologia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/ Cetens, Feira de Santana, 2019

RESUMO

A temática escolhida para essa monografia sobre a Comissão Pastoral da Terra e suas contribuições para a Educação Ambiental, partiu do desejo de conhecer a metodologia que a CPT utiliza no trabalho com comunidades que ela dá assistência na região do semiárido baiano. A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Durante a pesquisa de campo, a entrevista semiestruturada constituiu-se o principal instrumento de coleta de informações e o campo de pesquisa foi a comunidade de Uruçu, localizada a 18 quilômetros do município baiano de Mairi. Os resultados obtidos na entrevista foram analisados sob a perspectiva da análise do conteúdo. Constatou-se que a CPT contribui para a formação cidadã dos seus assistidos, favorecendo a construção da autonomia das pessoas, conforme sugere Paulo Freire (1996), quando considera que “autonomia é um processo construído por cada sujeito”, uma vez que eles sabiam caminhar sozinhos e produzir seus próprios meios de sobrevivência. A pesquisa trouxe a questão ambiental desde a elaboração do Relatório Brundtland (1991), como um alerta à necessidade de preservação do meio ambiente e de preservação da vida, não só sob a ótica da preservação para o bem do ambiente em que se vive, mas também pensando nos conflitos existentes no país em razão das terras, das águas e do trabalho escravo que, por vezes, atinge as comunidades tradicionais que sofrem em razão da ambição desenfreada de uma sociedade capitalista cujo homem é ao mesmo tempo, mercadoria e mão de obra, dentro de uma perspectiva capitalista, as pessoas lutam pela permanência em seus lugares de origem, buscando construir uma história digna, convivendo com os familiares, preservando a natureza, usando alternativas sustentáveis de cultivo, de plantio, de beneficiamento das árvores frutíferas nativas, trocando propostas de dinheiro fácil, por trabalho árduo, porém cheio de dignidade e solidariedade. Considero que a CPT tem se empenhado com afinco para tornar efetiva a sua missão que é preservar a vida, a cultura, identidades e garantir direitos das pessoas que vivem nas comunidades tradicionais.

Palavras-chave: CPT, educação ambiental, autonomia, sustentabilidade

ABSTRACT

The theme chosen for this monograph on the Pastoral Land Commission and its contributions to Environmental Education started from the desire to know the methodology that the CPT uses in working with communities that it provides assistance in the semi-arid region of Bahia. The methodology used for the development of this research was the qualitative approach, of the descriptive type. During the field research, the semi-structured interview was the main instrument for collecting information, the research field was the community of Uruçu, located 18 kilometers from the Bahia municipality of Mairi. The results obtained in the interview were analyzed from a content analysis perspective. It was found that the CPT contributes to the citizen training of its assistants, favoring the construction of the autonomy of the people, as Paulo Freire (1996) suggests, when he considers that "autonomy is a process constructed by each subject", since they knew walk alone and produce their own means of survival. The research has brought the environmental issue since the Brundtland Report (1991), as an alert to the need for preservation of the environment and preservation of life, not only from the viewpoint of preservation for the good of the environment in which we live, but also thinking about the conflicts existing in the country due to the lands, water and slave labor that sometimes affects the traditional communities that suffer because of the unbridled ambition of a capitalist society whose man is both merchandise and labor , within a capitalist perspective, people struggle to remain in their places of origin, seeking to build a dignified history, living with relatives, preserving nature, using sustainable alternatives for cultivation, planting, processing of native fruit trees, changing proposals for easy money, for hard work, but full of dignity and solidarity. I believe that the CPT has been working hard to fulfill its mission of preserving the life, culture, identities and guaranteeing rights of traditional communities.

Key words: CPT, environmental education, autonomy, sustainability.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a literatura marxista, o homem é seu próprio algoz. Isso pode ser visto no contexto da teoria em que Karl Marx (1867) trata das ideias da economia sob a ótica do antagonismo entre a força de trabalho e os meios de produção. Nessa relação, o homem é explorador e ao mesmo tempo explorado pelo seu semelhante. Um enriquece em detrimento do empobrecimento do outro, sob vários aspectos tais como físico, moral, psicológico, cultural e, sobretudo, econômico.

Ao tecer essa premissa sobre o que escreveu Marx, me reporto à formação acadêmica do curso de bacharelado em Serviço Social concluído recentemente. Esse curso nos impõe uma infinidade de leituras de natureza diversa e nos insere no universo das ideologias políticas, do direito, da economia, das políticas públicas, entre outros, sob o viés marxista. Não lemos Karl Marx, mas autores que teorizam sobre ele, sobre o capitalismo, o neoliberalismo, os sistemas hegemônicos e as refrações da “Questão Social”, que não são outra coisa senão as manifestações explícitas da contraposição entre uma classe burguesa dominante e um proletariado cuja força de trabalho é sua contrapartida ao poder do capital que se impõe ao trabalhador.

O que me chamava a atenção nos muitos escritos sobre Karl Marx e o Capital, sua Obra literária mais famosa, é que sua teoria sobre os mecanismos de exploração das camadas mais vulneráveis da sociedade encontra respaldo nas expressões da questão social, depois de tantos anos de sua publicação. Ainda hoje existe um poder hegemônico que se mantém com a anuência de um “Estado Mínimo” que faz vistas grossas às diversas expressões da pobreza, sobretudo no que diz respeito à supressão de direitos, se eximindo de sua responsabilidade com as camadas mais pobres e ainda contribui para esse estado de coisas, promovendo uma política neoliberal. Os incentivos fiscais, as leis que protegem as instituições financeiras, o apoio às grandes indústrias, ao agronegócio e, na contramão disso tudo, se vê todo um discurso falacioso em favor da pequena empresa, do pequeno agricultor, do povo que efetivamente trabalha nesse país e, no entanto, se mantém aquém de um padrão de vida sócio econômico minimamente desejável.

No que tange à natureza, ou melhor, ao meio ambiente e tudo o que ele comporta, tem-se observado a continuidade desse processo de exploração, haja vista que se nota uma grande deterioração do meio ambiente, com o usufruto do mesmo para diversos fins, sem a devida adequação de mecanismos de proteção, de modo a

preservá-lo e torná-lo sustentável. A Encíclica *Laudato Si*¹, do Papa Francisco, reflete sobre a questão ambiental levando em conta que o ser humano, seu maior beneficiário, é também seu maior predador. Na carta, o Papa menciona outros pontífices que, antes dele, já faziam ponderações acerca dessa problemática e entendiam que, ao contrário do que julgava a sociedade, os recursos ambientais eram finitos. Daí a necessidade de se cuidar da Casa Comum, o mundo em que se vive.

Desde a Revolução Industrial, a relação da sociedade com os desafios da preservação do meio ambiente se tornaram realidade. A Revolução Industrial foi retratada na história como sendo de avanços e modernização dos maquinários, ao ponto de fabricar, em larga escala, produtos cuja matéria prima fundamental se extraia do meio ambiente. A ideia do homem de que o que existe em termos de matéria prima, justamente por estar impregnado na natureza, como, por exemplo, a água, os minérios, entre outros, seriam bens inacabáveis, contudo, aos poucos, foram percebendo que essas matérias primas foram e ainda estão se extinguindo.

A questão da preservação do meio ambiente, portanto, assume nos dias atuais grande relevância, em virtude da própria tomada de consciência de alguns grupos sociais do quanto estão degradando, destruindo o meio em que vivem, a nossa terra comum, e de que, cedo ou tarde, a natureza responderá à ação do homem de forma violenta e drástica. O planeta tem dado sinais através de severas mudanças climáticas, erosões do solo em grandes áreas, avanços dos oceanos em direção aos continentes, além de outros fenômenos pouco visíveis a exemplo do derretimento das geleiras, aquecimento dos oceanos, entre outros fenômenos. Tudo isso tem sido matéria de discussão frequente entre os cientistas, ambientalistas, bem como entre povos tradicionais cujo futuro também está ameaçado. O que se espera é um posicionamento defensivo, sustentável, preservacionista de nossa parte e esse movimento em defesa da vida em suas várias formas, o que tem pressionado também as grandes nações, em especial as que mais poluem e degradam o ambiente, no sentido de que elas se posicionem em prol da sustentabilidade. Daí as propostas do Carbono Zero, da Agenda 21, Protocolo de Quioto, entre outros documentos que normatizam o uso dos recursos naturais e da redução dos poluentes a nível global.

¹ “*Laudato si*” significa: **Louvado seja**. Retirado do Cântico das Criaturas de São Francisco de Assis. Encíclica é uma Carta circular do Papa aos bispos sobre dogmas ou disciplinas da Igreja. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com> - Acesso em: 06/10/2017.

Estudar essa relação paradoxal de modo mais aprofundada tornou-se um propósito, diante das expressões da questão social, que se revela sobremaneira na desigualdade gritante e no desequilíbrio ambiental. O enfrentamento a essas demandas são amparadas por organizações cuja preocupação e foco são a proteção ambiental, a sustentabilidade e, principalmente, a garantia dos meios de sobrevivência das populações empobrecidas. Muitas são as organizações que através de ações educativas se empenham em mobilizar e sensibilizar as comunidades, no intuito de preservar o meio ambiente através da educação ambiental. Um exemplo desses organismos que se dispõem ao enfrentamento dessas questões está na Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem por finalidade apoiar, prestar assessoria jurídica, promover e acompanhar as ações junto aos povos das terras e das águas.

O problema que esta Pesquisa enseja investigar é: Como Atua a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Educação ambiental de uma comunidade por ela assistida? O objetivo geral é: Compreender a atuação da Comissão Pastoral da Terra na educação ambiental de uma comunidade por ela assistida.

Os objetivos específicos dessa pesquisa estão elencados da seguinte forma: primeiro, identificar as comunidades na Bahia em que haja a presença efetiva da CPT; em seguida, caracterizar uma comunidade, depois descrever o *modus operandi* da CPT junto aos trabalhadores rurais e, por fim, analisar a metodologia de trabalho da CPT sob a ótica do que é preconizado pelas Políticas Públicas de preservação do meio ambiente e sua sustentabilidade. A CPT tem como missão a prestação de um serviço transformador, auxiliando o homem do campo na aquisição, garantia e proteção dos seus direitos, além da oferta de uma educação para a preservação e sustentabilidade ambientais em seus espaços de militância.²

A hipótese provável é a de que a CPT, sendo uma entidade cuja bandeira de luta é sempre voltada à preservação da vida, da história, da cultura das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras, e tomando por base a literatura científica e eclesiástica que tem cunho científico, estatístico e jurídico, ela faz uso dos meios teóricos e práticos para sensibilizar esses povos, no sentido da adequada utilização dos recursos ambientais, fazendo valer os aspectos da preservação, bem como da sustentabilidade desses ambientes.

² Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/missao>. Acesso: 31/07/2018

Esta Pesquisa em sua temática tomou por base a intertextualidade dos trabalhos apresentados pelo Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O número de produções acadêmicas com a temática dessa pesquisa especificamente é muito grande e, para reduzir esse quantitativo, se fez necessária uma triagem através do descritor “Comissão Pastoral da Terra”, de onde se extraiu 118 títulos, sendo 90 dissertações e 27 teses.

Efetivamente, os textos que contribuíram para esta Pesquisa e que estão em conformidade com ela foram: Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Uma reflexão crítica do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) por Souza (1994); e Dickmann e Carneiro (2012), que tratam da educação no campo tomando por referência a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. Altieri (2004), que trata sobre Agroecologia, entre outros. Dada a grande quantidade de material sobre o tema e seus afins, no decorrer da Pesquisa outros autores da Plataforma CAPES poderão ser inseridos. Além de autores outros que contribuíram com esse estudo através de seus livros, publicações em revistas, artigos, entre outros.

A abordagem metodológica utilizada nessa Pesquisa foi a abordagem qualitativa. Essa metodologia é usada para descrever características do local, da população e dos fenômenos que se pretende investigar. Para o estudo de campo de natureza descritiva é o que mais se adéqua, além de ser bastante utilizada.

Para facilitar a visão geral deste trabalho de conclusão de curso, o mesmo está organizado em tópicos assim dispostos: um embasamento teórico cujo fim é dialogar com autores que tratam do assunto escolhido para essa pesquisa. Na sequência, está a seção meio ambiente que trata da definição de meio ambiente e discorre acerca de relatórios, documentos e leis que citam as questões ambientais. Um outro elemento é a própria Comissão Pastoral da Terra (CPT), sua história e sua atuação, a base desse trabalho, além de agroecologia, tema que perpassa na atualidade os processos de plantio na agricultura familiar e na vida dos pequenos agricultores e, por último, a Educação ambiental, pois é ela que vai gerar a formação e a consciência das pessoas, de modo particular do homem do campo, da importância e necessidade de preservação do meio ambiente e da sustentabilidade.

2 CPT E MEIO AMBIENTE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A AGROECOLOGIA

Toda Pesquisa ou trabalho de conclusão de curso exige uma busca atenta sobre o que já foi escrito acerca do objeto a ser pesquisado. A necessidade de um bom arcabouço teórico implica num processo relativamente extenso de leituras dos mais diversos autores, visando trazer o maior número de informação com a devida precisão e profundidade, fundamentada nas metodologias que se pretende usar na pesquisa. Logo, fundamentar teoricamente tem por fim conduzir o pesquisador na dinâmica de uma reflexão sobre as teorias já existentes, de maneira que possam contribuir com a compreensão do objeto de estudo.

É um suporte significativo à Pesquisa e visa esclarecer alguns conceitos para que não haja uma clivagem de ideias gerando possíveis distorções do que se desejava expor, pois conceitos abrangentes demais poderiam gerar equívocos no entendimento do estudo.

Em se tratando de conceitos, consideramos que a reflexão sobre meio ambiente tornou-se o ponto de partida dessa Pesquisa e, para refletir sobre o assunto, o Relatório Brundtland (1991) foi uma literatura relevante, por ser um dos documentos de maior referência sobre a temática. Documento esse solicitado pela Organização das Nações Unidas (ONU) à Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland. Tema dos encontros eram as questões da agricultura, água, transferência de tecnologias, energia, silvicultura e desenvolvimento sustentável em geral. De acordo com Souza (1994, p. 9),

Esse documento amplia a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, introduzindo e interrelacionando parâmetros como sustentabilidade, padrões de desenvolvimento, solidariedade e compromisso entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e entre gerações atuais e futuras, subdesenvolvimento, pobreza e degradação ambiental, a partir de uma visão mais global, embutidos no conceito de desenvolvimento sustentável como uma nova estratégia de desenvolvimento.

Franz J. Brüseke (1993, p.7) complementa a reflexão de Souza, quando sublinha que existe uma “interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política”. Em seguida, ele chama a atenção para o que considera “uma nova postura

ética, caracterizada pela responsabilidade tanto das gerações quanto dos membros contemporâneos da sociedade atual”.

Após a elaboração do Relatório Brundtland (1991), empreendeu-se a Agenda 21, cujo objetivo foi problematizar o modelo de desenvolvimento dos países industrializados e daqueles em ascensão, que reproduziam mecanismos destrutivos para o meio ambiente, utilizando de forma abusiva os recursos naturais, sem levar em conta a finitude dos recursos ambientais e sua capacidade limitada de suportar uma exploração sem o devido controle e preservação ou até mesmo a devida reposição daqueles recursos retirados do meio ambiente.

Para Barbieri (2004, p. 5), meio ambiente

[...] é tudo o que envolve ou cerca os seres vivos. A palavra ambiente vem do latim e do prefixo **ambi** dá a ideia de ao redor de algo ou de ambos os lados. O verbo latino **ambio, ambiere** significa andar em volta ou em torno de alguma coisa. Cabe notar que as palavras meio e ambiente trazem per se a ideia de entorno envoltório, de modo que a expressão meio ambiente encerra uma redundância.

Já a Resolução 306/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), em seu inciso XII, considera que “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.” (BRASIL. Resolução nº. 306, 2002, p. 760).

Outros autores trazem definições com alguma singularidade. É o caso de Roseli Caldart *et al* (2012, p. 96): ela sinaliza que “do ponto de vista científico, a noção de ambiente (meio ambiente) se referia basicamente ao meio biogeofísico com o qual os homens haviam de se relacionar”. Caldart, *et al* (2012, p. 96) consideram também que:

Sendo assim, o conceito predominante nos meios científicos sobre meio ambiente tem um forte viés das ciências naturais, na medida em que remete aos meios biótico (a biosfera animal e vegetal) e abiótico (a litosfera – geologia e geomorfologia – e a atmosfera). Enfim, o conceito de meio ambiente tem sido capturado por uma visão que o reduz ao mundo das ciências naturais.

Não são muitas as divergências em torno do termo, contudo, à medida que o tempo passa, o uso adequado ou não desse espaço ou lugar onde vive a espécie humana e demais seres vivos, é que tem sido bastante questionada. Um aspecto importante que é abordado em Caldart *et al*, (Ibid.), faz referência à ideia de

dominação do homem em relação ao ambiente e os autores consideram que “Ora, a ideia de dominação da natureza só tem sentido se consideramos que a espécie humana não é parte da natureza”, e conclui com a seguinte reflexão: “se considerarmos que somos natureza, nos vemos diante do paradoxo de saber quem vai dominar o dominador”.

O que se pretende com essa Pesquisa é relacionar o meio ambiente com as comunidades e sua forma de usufruto, com a parceria da CPT, para compreender como acontece a orientação no que tange à educação ambiental e sua interferência junto à comunidade, na perspectiva da sustentabilidade.

Atualmente a questão ambiental requer o uso de novas práticas e, por conseguinte, novas terminologias vão surgindo; a agroecologia é um desses novos termos. Para Carmo (2008, p. 8), trata-se de uma ciência ainda em construção, cuja base epistemológica vem da contribuição de várias disciplinas do conhecimento, com uma visão integradora e sistêmica do estudo da realidade dos atores sociais que interagem ativamente com os recursos naturais.

De acordo com Caldart *et al*,

A agroecologia pode ser considerada uma construção recente; portanto, sua definição ainda não está consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (LEFF, 2002, p. 42, *apud*, Caldart, *et al* 2012, p. 59).

Esse termo não surgiu do acaso. Altieri (2004) vai relatar que por volta da década de 80 do século passado no Brasil, a crise que inviabilizou os subsídios ao crédito foi tornando aos poucos mais visíveis as consequências menos gloriosas da chamada Revolução Verde. Contestou-se segundo o autor a agricultura e sua forma de organização produtiva advindas desse ideário, o que trouxe em seu rastro várias manifestações sociais que se tornaram relevantes e foram legitimadas nos anos atuais.

Altieri considera que a crítica e os debates em torno de novas formas de Agricultura e de desenvolvimento se tornaram mais intensos em razão de alguns fatores como a crise generalizada nos países de capitalismo periférico na década de 1950, os quais indicavam que o progresso não era uma virtude natural inerente a todos os sistemas econômicos e a todas as sociedades. Nem mesmo que desenvolvimento

é igual a progresso material, que por sua vez gera o bem-estar social, menos ainda que os avanços técnico-científicos impliquem no desenvolvimento socioeconômico, no progresso e crescimento.

Para Altieri, as crises sociais eram expressas de diferentes maneiras, através da concentração de renda, de riquezas e de terras, além do êxodo rural e da violência em todos os sentidos.

No entanto, de acordo com Carmo (2008), a agricultura familiar é um dos componentes mais fortes na agricultura brasileira. Tanto que: “esse quantitativo, separado dos produtores qualificados como patronais, provocou a necessidade de implantar Políticas Públicas como é o caso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), implementado pelo governo federal em 1995”.

Outrossim, Carmo considera que, na prática, existem estruturas no conjunto familiar tão diversas que foi necessário criar tipologias de agricultores, de modo a gerar a aplicação e instrumentalização de políticas públicas que se adaptasse a cada realidade.

Para Wanderley (1996, p. 2), citado por Carmo (2008, p. 4) “a agricultura familiar deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional”. Existem várias definições para a *agroecologia*, contudo, as que mais se destacam são aquelas que agregam princípios ecológicos, agrônômicos, econômicos e sociais que avaliam os efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade em geral. A terra é local de trabalho e de vida, afirma Carmo.

Cabe incluir aqui a ideia de território, porque o agir da CPT e de todos os organismos que trabalham em defesa da terra ou dos espaços de ocupação de povos e comunidades específicas têm referência direta com o sentido de pertencimento a um território, seja ele de natureza cultural, econômica, entre outros. Dantas e Moraes, citando Haesbaert, trata de território a partir de vários prismas, como político, econômico, cultural e natural, como se vê nas linhas a seguir:

Na dimensão política, “refere-se às relações de espaço-poder, em geral, ou jurídico-político, que dizem respeito às relações espaciais que se estabelecem na esfera do Estado-Nação.”; na dimensão cultural: “[...] o conteúdo cultural ou simbólico-cultural delimitam o território a partir da teia de representações e subjetividades que se enraízam em porção do espaço território, dando-lhe identidade.”; “A vertente econômica focaliza o espaço como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais; e

na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.” (DANTAS E MORAIS, (2008, p. 7), *apud* HAESBAERT, (2001; 2002; 2004).

O território, portanto, é visto como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

De acordo com Dantas e Moraes (2008, p.7) ainda citando Haesbaert, na questão da territorialidade tem a vertente natural, “que na perspectiva naturalista emprega uma noção de território baseada nas relações de sociedade e natureza”, sobretudo no que concerne ao comportamento natural dos homens em seu ambiente físico. Para elas, a territorialidade ou ‘contextualização territorial’ é inerente à condição humana. A agroecologia, então, não poderia ser aplicada no campo da forma que é preconizada nos dias atuais, sem que haja uma prática e entendimento das questões de sustentabilidade e preservação ambiental. Daí a necessidade de se adquirir uma nova cultura, um novo entendimento acerca das formas de manejo das diversas culturas de plantio no campo. Para tanto, a educação ambiental surge como suporte necessário a essas novas demandas.

2.1 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental efetivamente, tornou-se uma realidade necessária uma vez que as ciências naturais não estavam dando conta de responder à lógica do consumo humano e a preservação do meio ambiente ao mesmo tempo; nos últimos anos, a dinâmica imposta pela sociedade de consumo tem sido outra, daí a necessidade de se pensar a produção e o consumo de maneira equilibrada. Hoje, portanto, tomando por base o Relatório Brundtland (1991), entre outros, adquire-se a mentalidade da preservação do meio ambiente e de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, se constitui de:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Esse conceito consta na lei 9.795, de 1999, que define a Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, MMA, 2017).

Consta, ainda, na Política Nacional de Educação Ambiental, que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo

estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (Brasil, 2017).

Conforme Jacobi (2003), foi na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, na cidade de Tsibilisi (EUA), em 1977, que se iniciou a discussão sobre educação ambiental com a proposta de ampliar, o mais possível, as condições para um processo de conscientização global sobre o valor da natureza e a necessidade de sua preservação. Era necessário também reorientar a produção sobre conhecimentos baseada nos métodos de interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade.

Para Jacobi, (2003, p. 2), “Esse campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e isso tem possibilitado a realização de experiências concretas de educação ambiental”; situação que ocorre de modo criativo e inovador por vários segmentos da população em seus muitos níveis e graus de formação.

De acordo com Dickmann e Carneiro (2012, p. 88), a relação ser humano-mundo e natureza são temas centrais na pedagogia Freiriana, não somente na constatação do cotidiano, mas como uma relação ambiental. E os autores vão refletir de que forma a pedagogia de Paulo Freire vai contribuir para a educação ambiental nessa perspectiva do homem-mundo. Segundo Dickmann e Carneiro (2012, p. 89), o ser humano na sua incompletude requer uma formação, carece de uma educação que lhe permita ir além de si mesmo, interagindo com a natureza, com o mundo ao seu redor, sabendo-se parte desse mundo. Eles consideram que,

O ser humano é inacabado, inconcluso, está sempre se fazendo na relação com o mundo e com os outros. A consciência de inacabamento lhe possibilita a educabilidade, permitindo ir além de si mesmo; como ser relacional, comunica-se pelo diálogo – exigência fundamental da existência humana (DICKMANN E CARNEIRO, 2012, p 89, *apud*, FREIRE, 2003; SIMÕES, J. 1979).

Eles analisam outro elemento importante na obra freiriana que é a educação ambiental em vista da construção de uma consciência cidadã individual e coletiva em prol da sustentabilidade do mundo local-global, o que exige, do processo educativo, uma práxis dialógica.

Freire (1987, p. 16), considera a desumanidade do homem como sendo fruto da sua ignorância, no sentido que o homem não respeita ou valoriza determinadas realidades em razão do seu desconhecimento da importância, do significado da

natureza e do meio ambiente, por exemplo, logo, ele se posiciona muitas das vezes de maneira adversa. Com muita habilidade com as palavras ele reflete sobre os homens que “descobrem que pouco sabem de si, de seu ‘posto no cosmo’, e se inquietam por saber mais”.

Por fim, o próprio Paulo Freire (1987, p. 33), em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, critica a forma como se dá o processo educacional tradicional, considerando que: “a palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que deveria ter, ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante”.

Nesse contexto, Reigota (1998), citado por Jacobi (2003), entende que a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos.

Porém, Pádua e Tabanez (1998), igualmente citados por Jacobi (2003), consideram que a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

Logo, a noção de sustentabilidade implica uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento, é o que afirma Jacobi, (1997, p. 8).

2.2 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Em junho de 1975, no estado de Goiânia (GO), num encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nasce a Comissão Pastoral da Terra. O Brasil vivia às voltas com o Regime Militar e a CPT surge como uma resposta a grave situação em que viviam os trabalhadores rurais, posseiros e peões, especialmente na Amazônia onde havia trabalho escravo, exploração da mão de obra e muitos eram expulsos de suas terras³.

Sua ligação com a CNBB possibilitou a realização de seu trabalho e sua manutenção, sobretudo no período de repressão em que os agentes de pastorais e as lideranças corriam sérios riscos. A CPT tem caráter ecumênico, devido a sua ligação com várias igrejas cristãs e com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no

³ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em: 12/09/2018.

Brasil (IECLB), pelo apoio dado aos trabalhadores dessas igrejas e pelo engajamento delas através de seus agentes⁴.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é, portanto, organismo constitutivo das Pastorais Sociais, originadas no âmbito da Igreja Católica que é movida pela “solicitude de toda a Igreja com as questões sociais. Para a CNBB, trata-se de uma sensibilidade que deve estar presente em cada diocese, paróquia, comunidade.” E, conforme o Setor Pastoral Social 2001, “A Pastoral Social tem como finalidade concretizar em ações sociais e específicas a solicitude da Igreja diante de situações reais de marginalização”.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) segue nessa linha de ação transformadora a que se propõem as Pastorais Sociais, cuja finalidade é:

[...] ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra para estimular e reforçar seu protagonismo em suas lutas pela reforma agrária e agrícola e sempre na vontade de ser “fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra” engajando-se na construção do Projeto Popular para o Brasil, sinal estratégico e libertador. (CNBB, 2001, p. 16).

De acordo com sua linha de atuação, a CPT apoia a retomada da terra por parte dos povos indígenas e comunidades negras (Comunidades Tradicionais), as ocupações dos Sem Terra e a resistência dos posseiros e extrativistas; dá suporte jurídico contestando o latifúndio, seja produtivo ou improdutivo, por ser sempre concentrador e excludente. No que tange às Políticas Públicas, apoia a busca, captação e acesso à água, principalmente para as populações do semiárido nordestino e a luta pela preservação dos rios e lagos das populações ribeirinhas. (CNBB, 2001, p. 17),

Consta também na mesma cartilha que a CPT reivindica o direito ao trabalho e à sua dignidade, é contra o desemprego, a precarização das condições de trabalho, é também contra o trabalho escravo e infantil; e, no aspecto da sensibilização, participa ativa e organizadamente da indignação nacional contra todas as formas de Violência, impunidade e da construção de uma Justiça a serviço do povo.

Segundo Caldart *et al*, (2012, p. 133), “desde os primeiros momentos até hoje, a Comissão Pastoral da Terra considerou a formação um elemento essencial para a

⁴ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em:12/09/2018.

sua ação...”. A CPT considera importante “que os homens e as mulheres do campo assumam as rédeas de suas lutas, sendo protagonistas de sua história”. Reitera ainda que, no modo de trabalhar e orientar as comunidades,

A CPT nunca desenvolveu processos de educação formal, a não ser de alfabetização de adultos em alguns lugares, mas dedicou e dedica parte significativa de seu tempo e de seus recursos a realizar encontros e cursos de formação que ajudem os trabalhadores e trabalhadoras a ler com olhos críticos a realidade na qual estão inseridos, a conhecer os direitos que a lei lhes garante, a reivindicar direitos que a lei lhes nega e a desenvolver práticas de cultivo e cuidado da terra que melhorem a sua produção, respeitando os direitos da natureza. (CALDART, *et al*, 2012, p. 133).

Além disso, o trabalho da CPT é um trabalho de base que busca priorizar a convivência fraterna com o povo, a formação integral dos trabalhadores e trabalhadoras, agentes pastorais, e a memória dos mártires da terra.

Para Caldart *et al*, o que a Comissão Pastoral da Terra nunca esqueceu é que ela existe como um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras e como um suporte para a sua organização. É o trabalhador que define os rumos que deseja seguir, seus objetivos e metas.

Além do trabalho relevante com as camadas economicamente mais vulneráveis da população, outro tipo de contribuição que as ações da Comissão Pastoral da Terra oferecem ao país através dos vários segmentos como órgãos especializados em estatísticas, à imprensa em geral, bem como ao Estado na perspectiva de que se criem políticas públicas em defesa do homem do campo, sobretudo as políticas agrárias, é o levantamento dos dados estatísticos anuais que é realizado sobre os Conflitos existentes no Campo. A CPT é um dos poucos órgãos que faz um acompanhamento mais próximo da realidade que aflige as comunidades do campo, sejam elas tradicionais ou não. É um dos documentos sociais que possuem uma capacidade relacional com as porções de povo que mais sofrem os efeitos da indiferença do Estado. Os dados a seguir demonstram avanços e retrocessos dos conflitos por pedaços de terra.

Em 1985, como forma de denunciar os Conflitos no Campo, os dados começaram a ser sistematizados e publicados. Todos os anos, a entidade publica o Caderno Conflitos no Campo Brasil, no qual se registram os conflitos por terra - violências como despejos e expulsões - e os números da violência contra pessoas, como assassinatos, ameaças de morte, prisões de agricultores. Há ainda os dados do

trabalho escravo, conflitos pela seca e as manifestações envolvendo os temas citados, entre outras informações.

Em 2002 a CPT incluiu em sua documentação os conflitos gerados pelo uso da água. Ainda neste mesmo ano, a obra *Conflitos no Campo* foi reconhecida como publicação científica pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT).

A CPT, com este trabalho, tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em escala nacional, e os seus dados são utilizados por várias instituições de ensino, pesquisadores, instâncias governamentais e pela imprensa. Por que documentar? Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito em sua missão, é que a CPT assume o compromisso de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos.

A documentação é realizada por um setor denominado Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, e atende as dimensões: Teológica, Política, Pedagógica, Histórica e Científica.

De acordo com o caderno *Conflito no Campo Brasil 2015*, a preocupação em dar um caráter científico à publicação existe não como um fim em si mesma, mas para que o acesso aos dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe explorada, excluída e violentada. É o que mostra a Tabela a seguir:

Figura 1. Comparação dos Conflitos no Campo Brasil 2008 – 2017 (p.23)

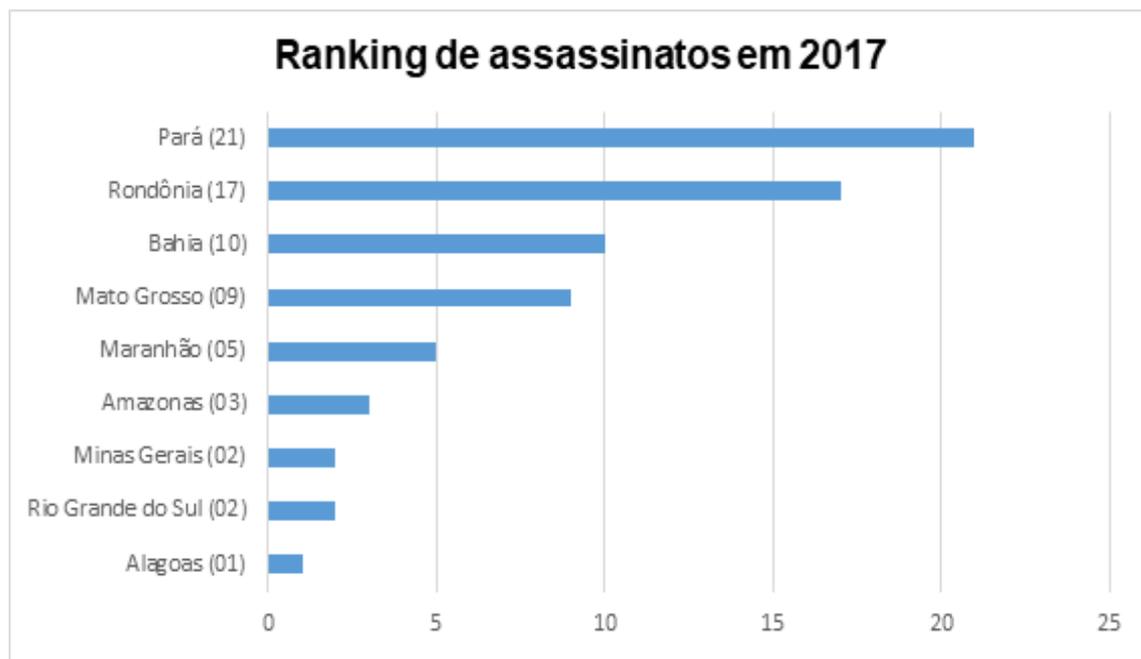
Boletim DATALUTA n. 114 – Artigo do mês: junho de 2017. ISSN 2177-4463

Tabela 1 - Comparação dos Conflitos no Campo (2007 - 2016)										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências (1)	615	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079
Ocupações/Retomadas	364	252	290	180	200	238	230	205	200	194
Acampamentos	48	40	36	35	30	13	14	20	27	22
Total (2)	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295
Assassinatos	25	27	25	30	29	34	29	36	47	58
Pessoas Envolvidas	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	#####	21.387.160	23.697.019
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	265	280	240	204	230	168	141	131	80	68
Assassinatos	1	1		1			1			
Pessoas Envolvidas	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751
Superexploração	151	93	45	38	30	14	13	10	4	1
Assassinatos				1			2		1	1
Pessoas Envolvidas	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2
Total	416	373	285	242	260	182	154	141	84	69
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	87	46	45	67	68	79	93	127	135	172
Assassinatos	2		1	2		2	2		2	2
Pessoas Envolvidas	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355
Outros (3)										
Nº de Conflitos	8			4		36	12			
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	3.660			4.450		26.005	1.350			
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536
Assassinatos	28	28	26	34	29	36	34	36	50	61
Pessoas Envolvidas	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	#####	21.387.160	23.697.019

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – 2017

Essa tabela é um documento vivo, no sentido de que, enquanto está sendo produzida, outros tantos conflitos estão acontecendo e outros camponeses podem estar morrendo nesse momento. O que prova quão delicada e necessitada de resolução é a disputa por terra no Brasil.

Figura 2. Gráfico da Distribuição dos Conflitos no Campo – BRASIL 2017



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CPT

O gráfico acima, de 2017, é um demonstrativo dos Conflitos no Campo, com ênfase na realidade de cada Estado. O tipo de conflito que envolve maior número de pessoas é o conflito ligado às questões de Terra, depois a luta pela água e por questões trabalhistas vem em último lugar. Esses conflitos não surgiram do acaso. Há muito tempo, governantes se debruçam sobre o semiárido nordestino com a intenção de transformá-lo, a exemplo de Juscelino Kubitschek, que segundo Cardoso (2008), em seu governo desenvolvimentista, ensejou transformar o nordeste num canteiro de obras e não conseguiu.

O autor analisa os textos de Celso Furtado, economista, e de Josué de Castro, médico e nutrólogo, geógrafo e sociólogo, que escreveram sobre as questões da seca no nordeste e que, embora tivessem ideias desenvolvimentistas, divergiam sobre o olhar que se tinha sobre a região nordestina e sobre seu povo. Para Cardoso, a catástrofe das secas só tomaria lugar não devido à pobreza de base física⁵ ou excesso de população dos sertões, mas devido ao latifundiarismo predominante nestes e às relações de produção como foro e arrendamento, que deixam o sertanejo, um ser forte e de certa forma culturalmente sábio, desprovido de reservas acumuladas. Em sua mais famosa obra pululam referências elogiosas quanto à sabedoria cultural e estudos sobre as potencialidades do sertão. As reflexões de Cardoso conduzem o olhar às questões da disputa por terra não só no semiárido nordestino, mas e por outras razões, em todo o Brasil, pois cada região desse imenso país tem suas riquezas a serem cobiçadas pelos ambiciosos. Daí o surgimento dos conflitos por terra instigados pelo Estado e a necessidade de divulgá-los como faz a CPT.

Os desdobramentos dessa questão dos conflitos vão se diversificando quando se descreve as muitas formas de agressão ao homem do campo, ou às populações que buscam ver seus direitos assegurados. O Caderno de Conflitos no Campo (2017) é uma mostra dos anos de luta de um povo que sempre foi explorado; retratar o conflito ambiental é falar da relação homem natureza, pois são muitas as formas de agressão

⁵ 21 “Pelo Brasil afora se tem a ideia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o nordeste é seco, nem seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas, . Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou base física da região” CASTRO, Josué de - Geografia da Fome – Op Cit pp 260 CASTRO, Josué de – Homens e Caranguejos –Op Cit p. 14

a essas populações, por isso se faz necessário denunciar, até mesmo como atitude profética, conforme consta no Caderno (2017).

De acordo com Medeiros (2000, p. 1), “desde os anos 80 os conflitos sociais rurais no Brasil tem se intensificado e dado visibilidade à luta pela terra”; o que traz à tona o tema da Reforma Agrária e recoloca a questão do lugar econômico, social e político dos pequenos agricultores.

As reivindicações gestadas no interior dos sindicatos rurais em 1990 ocupam, portanto, lugar de destaque nos debates, no limiar do século XXI. Medeiros (2000) considera que durante o regime militar o campo foi afetado por profundas mudanças implementadas pela política governamental, como concessão de créditos, subsídios fiscais às grandes unidades e a modernização tecnológica, novas áreas de fronteiras ocupadas por empreendimentos agropecuários que geraram o aumento do êxodo rural e, conseqüentemente, a mudança radical no modo de uso da terra e, também, no modo de vida das pessoas.

Tudo isso resultou em desemprego ou empregos precários nas grandes cidades, já que as transformações tecnológicas, tanto no setor industrial e de serviços, exigiam uma mão de obra mais qualificada.

As ocupações de terra, que tiveram início no final da década de 70 no sul do país, de acordo com Medeiros, envolveram justamente os órfãos desse processo: arrendatários, filhos de pequenos proprietários, pequenos produtores que haviam perdido a terra em virtude de dívidas contraídas. Diante de um iminente processo de exclusão e sem alternativas, as ocupações de terra na própria região de origem foi a saída encontrada por esse contingente.

Assim, à luta de resistência, característica das décadas anteriores, agregaram-se iniciativas de busca de acesso a novas terras através de acampamentos e ocupações de áreas improdutivas. Mesmo a luta de resistência ganhou cores novas, através da articulação, em especial na região Norte do país, da luta por terra com a luta pela preservação das matas nativas, condição para a reprodução econômica e social dos que viviam do extrativismo, mesclando os traços tradicionais da questão agrária (resistência à expulsão) com a novidade da questão ambiental. É o caso do movimento dos "seringueiros", (MEDEIROS, 2000, p. 1).

Publicado em abril de 2016, o Caderno de Conflitos no Campo destaca o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 13 anos: 61 assassinatos – 11 a mais que no ano anterior, quando foram registrados 50 assassinatos. 48 destes assassinatos ocorreram na Amazônia Legal. Além do aumento no número de

assassinatos, houve aumento em outras formas de violência. Ameaças de morte subiram 86% e tentativas de assassinato 68%. Os relatórios da CPT trazem ainda dados alarmantes quanto à falta de agilidade e baixos índices de responsabilização dos indivíduos que deveriam ser punidos. Assim,

Segundo os dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT, entre 1985 e 2016 foram 1.387 casos com 1.834 pessoas assassinadas em conflitos no campo. Deste total, apenas 112 casos foram julgados, e houve a condenação de apenas 31 mandantes destes assassinatos. (CPT, 2016).

Para Medeiros, desde os anos 80 do século passado, os conflitos sociais rurais no Brasil, têm se intensificado e dado visibilidade à luta pela terra, trazendo à tona o tema da reforma agrária e, simultaneamente, pondo em evidência a questão do lugar econômico, social e político dos pequenos agricultores.

Ao mesmo tempo, o que se reivindicava nos sindicatos rurais à época, como, por exemplo, a demanda por um “modelo de desenvolvimento sustentável com base na agricultura familiar” (Medeiros 2000, p. 1), ou ainda na trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST), cujo lema proposto em seu último congresso era “Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndios”, se destacam às portas do século XXI.

Maluf (2006), em seu Relatório “Segurança alimentar e fome no Brasil – 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação”, traz uma definição do que seja a agricultura familiar, bem como trata da questão da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, avaliando os avanços e desafios da questão da Segurança Alimentar, na perspectiva da redução da fome no Brasil. Assim: “a agricultura familiar é definida pela gestão familiar da unidade produtiva, pela predominância do trabalho pelos membros da família e por se enquadrar dentro de determinados limites de área”. (MALUF, 2006, p. 39). Também se utiliza de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seu último Censo Agropecuário 1995/96, para basear sua constatação de que o país contava com 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Destes, 4,1 milhões de estabelecimentos (85,2%) eram enquadrados como familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha (30,5%).

Ainda segundo Maluf (2006), através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado pelo Plano Safra, do Governo Federal, ocorreram várias inovações. Uma delas foi a “melhoria da qualidade dos produtos através do incentivo

ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate da preservação da biodiversidade”.

É evidente a imbricação entre as questões da agricultura familiar, segurança alimentar e agroecologia e, dentro dessas questões, está implícita a questão das novas relações com o campo que se reconfigura nos aspectos social e cultural, político, ideológico e econômico. Em se tratando da agroecologia, são muitas as questões que se levantam a respeito deste assunto que trataremos no tópico que se segue.

O enfoque dado à agroecologia nessa pesquisa se dá em razão de que falar de agricultura sustentável e não falar de agroecologia é deixar de tratar um tema cujo significado está intimamente ligado. A ideia de pertencimento das pessoas aos seus territórios, aos métodos tradicionais de produção e trato com a terra, herdados de uma geração para outra, tudo isso colabora com o tema da pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia é o caminho a ser traçado pelo pesquisador. Assim, será utilizada a abordagem qualitativa proposta por Minayo, com estudo de campo de natureza descritiva. A autora considera que:

a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador (MINAYO, 2004, p. 16).

De acordo com Minayo, a teoria e a metodologia caminham juntas. Ela afirma que a metodologia deve ter um caminho claro, coerente e capaz de encaminhar os impasses teóricos ao desafio da prática.

Para o Estudo de Campo foi escolhida a natureza descritiva, cujo objetivo principal é a descrição das características de determinada população ou fenômeno e, para tal, utilizou-se o instrumento da entrevista. Conforme Gil (2002, p. 53),

No estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes. Dessa forma, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação.

Na perspectiva de compreender a atuação da CPT junto à comunidade e sem a pretensão de mensurar quantitativamente sua intervenção, visitou-se a Comunidade previamente escolhida do município de Mairi (BA), para caracterizar o Campo a ser estudado e alguns aspectos importantes do local, como, por exemplo, o tipo de cultura agrícola e a maneira como é cultivada a terra e como lida-se com o clima semiárido e a convivência com a escassez de água das chuvas, qual a fonte de renda, entre outros aspectos.

Realizaram-se entrevistas com algumas pessoas, de modo a construir um *corpus* de pesquisa que seja suficiente para dar resposta, seja ela positiva ou negativa, àquilo que é o objeto do estudo e à pergunta do problema que deverá ser respondida, qual seja, se a forma como atua a CPT corresponde à perspectiva da educação ambiental em busca da preservação e sustentabilidade do ambiente em questão, o que se constitui no Objetivo geral da Pesquisa.

Os participantes da pesquisa foram escolhidos em razão do engajamento junto à comunidade e da proximidade com as lideranças e coordenação da CPT, levando-se em conta que ela tem perfil ecumênico e dela participam membros de igrejas cristãs de várias denominações. Outros critérios de escolha foram idade, sexo, estado civil, tempo de participação na CPT, entre outros. Deveriam ser ao menos 3 (três) pessoas adultas dessa comunidade, entre homens e mulheres, que fossem participantes ativos das ações desenvolvidas e orientadas pela CPT nessa comunidade.

Utilizou-se como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, e o recurso material utilizado para o registro foi um celular com capacidade de gravação de áudio. O local das entrevistas foi aquele escolhido pelos entrevistados, no caso, a residência de uma senhora que é a secretária da Associação Comunitária de Uruçu, local onde os entrevistados vieram e ficaram à vontade; bem como o horário da conveniência destes.

Além dos integrantes da comunidade, do ponto de vista das contribuições, no sentido de prestar algum esclarecimento, caso fosse possível, teríamos interesse de entrevistar, também os membros dirigentes da CPT, o que não ocorreu em razão de desencontros de agenda, a exceção da religiosa que me conduziu até a comunidade, mas que preferiu deixar que os moradores da comunidade se pronunciassem.

A questão ética foi embasada nos critérios estabelecidos pela legislação concernente aos participantes de pesquisa, priorizando as pessoas interessadas em participar de forma voluntária e gratuita. O compromisso foi consolidado por meio de

um documento denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, conforme determina a Resolução 510 de 07 de abril de 2016, que trata da ética na pesquisa, informando o que segue:

Considerando que a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural; Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; Considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante; Considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes (RESOLUÇÃO 510, 2016, p. 1).

Os participantes da Pesquisa receberam os nomes fictícios de Palmeira, Tapioca e Licuri, todos com um significado especial para eles, pois cada nome fazia referência à atividade e aos produtos com os quais trabalhavam, de maneira que fossem preservadas suas identidades. Por se tratar de participantes eleitos de forma deliberada e previamente selecionados, o tipo de amostra foi a não probabilística, uma vez que encerra a intencionalidade na escolha desses participantes. Cada entrevista teve duração de cerca de 35 a 40 minutos. Para a identificação de cada entrevistado foi elaborado um formulário com 12 perguntas com indicação de dados de identificação, que também contribuiria com o primeiro objetivo específico que foi a caracterização sócio demográfica dos participantes. E, para atender aos outros objetivos específicos foram elaboradas 2 (duas) perguntas para cada um deles, as quais versavam sobre a relação dos participantes com o meio ambiente, educação ambiental e com a CPT, entre outras relacionadas ao foco da pesquisa.

O (TCLE) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que atende às demandas éticas da pesquisa, foi lido com cada participante, em seguida assinado por ambas as partes; feito isso, as informações do formulário foram checadas, a fim de que a pesquisadora não tivesse dúvidas sobre o que estava sinalizado pelo entrevistado, quando não estivesse com os mesmos pessoalmente.

Ao fim da Pesquisa foi utilizada a Análise dos dados, por ser considerada uma das mais adequadas ao tipo de abordagem, já que se fez uma análise crítica das informações coletadas nas entrevistas. A autora Lourence Bardin trata a análise de dados como uma técnica de tratamento das informações, sistematizando-as e analisando-as quantitativamente. Ela julga que a referida técnica é

[...] um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistem na explicitação e sistematização do conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas que embora parciais, são complementares (BARDIN, 1979, p. 42).

São muitos os autores que se valem desse procedimento de análise, tanto para a análise quantitativa como qualitativa, que é o nosso caso. Contudo, nesse tipo de análise, Bardin traz contribuições relevantes, e nesta pesquisa específica contribuiu para a escolha do percurso de organização dos resultados sistematizados.

3.1 CAMPO DE PESQUISA

Para situar o campo de pesquisa é importante considerar que a CPT surge na Bahia no mesmo período da Ditadura Militar, mais precisamente entre os dias 12 a 15 de janeiro de 1976, por ocasião da XII Assembleia Geral da CNBB do Regional Nordeste III, que compreendem os estados de Bahia e Sergipe. Hoje a CPT Bahia, cuja sede está localizada em Salvador, tem presença ativa nos municípios baianos através de suas dioceses nos seguintes municípios: Na Região Centro-oeste: Barra, Bom Jesus e Irecê; Centro-norte: Juazeiro, Bonfim, Rui Barbosa, Itaberaba; nas Regiões Sul e Sudeste: Vitória da Conquista, Caetité, Itabuna e Ilhéus. A pesquisa foi desenvolvida na comunidade de Uruçu, município de Mairi que pertence a diocese de Rui Barbosa. O mapa a seguir traz em destaque com a cor verde o município de Mairi que se encontra na Bacia do Rio Jacuípe.



Fonte: Google: PBJ – Portal Bacia do Jacuípe

O município de Mairi está distante de Salvador 284 km, a principal rodovia de acesso é a BR – 407. Faz limites, ao Norte, com Várzea do Poço, Várzea da Roça, ao Leste com Pintadas e Capela do Alto Alegre, ao Sul, com Baixa Grande e, ao Oeste com Mundo Novo.

Considerando os aspectos socioeconômicos,⁶ a economia do município de Mairi move-se, principalmente, em torno da atividade agropecuária e da prestação de serviços. O setor agrícola do município continua vinculado às características da agricultura tradicional. Assim, o agricultor familiar dedica-se, em grande parte, à economia de subsistência. A pecuária bovina é mista, na produção de carne e leite, sendo o ramo de corte o maior suporte da economia rural, despontando timidamente, a avicultura industrial (frango de corte e ovos). Na indústria de transformação, os principais destaques são os derivados da mandioca, a farinha de guerra ou de mandioca, beiju, goma e puba.

Mairi pertence à Diocese de Rui Barbosa, fazendo parte, portanto, da região Centro-norte do Estado. Com população estimada em 18.756 pessoas, IBGE(2018), a cidade de Mairi foi descoberta por colonizadores que exploravam as minas de ouro de Jacobina que a apelidaram de Monte Alegre da Bahia e que mais tarde passaria a chamar-se Mairi.⁷

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão de resultados desta pesquisa foram fundamentadas através da análise de conteúdo. As categorias contempladas foram as seguintes: *caracterização sócio demográfica dos Participantes da Pesquisa da Comunidade de Uruçu do município de Mairi-BA, Autonomia e Busca da Sustentabilidade, CPT e Educação Ambiental, Preservar, Cuidar e Conviver Com o Semiárido*

Após leitura das entrevistas foi feita uma pré-análise dos argumentos e finalmente a discussão das informações coletadas, fazendo uso da técnica de análise de conteúdo, tendo como referência a análise de conteúdo de Lourance Bardin.

⁶ Disponível em: <http://www.baciadojacuipe.com.br/?infor=true&id=7>. Acesso:12/09/2018.

⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mairi/historico>. Acesso em: 23/11/18.

4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes dessa Pesquisa são habitantes residentes na Comunidade de Uruçu, do município de Mairi, localizada a 18 quilômetros da sede. Foram entrevistados três lideranças da comunidade, sendo duas do sexo feminino e um do sexo masculino, o quadro sinótico a seguir traz dados sobre cada um desses líderes, isso tornará as informações mais objetivas e o texto mais dinâmico pois descreve os participantes da Pesquisa de modo mais prático.

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO DEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA													
	Sexo ⁸	Idade ⁹	Escolaridade ¹⁰	Estado Civil ¹¹	Ocupação ¹²	Moradia ¹³	Filhos	Sit. Moradia ¹⁴	Renda ¹⁵ (Salário Mínimo)	Religião ¹⁶	Profissão ¹⁷	Tempo de Engajamento	Participação na CPT ¹⁸
Palmeira	M	59	EM	Sep	ACS	Ced	2	S	1 e ½ SI	Cat	Agr	6 anos	Memb atv.
Tapioca	F	37	EF	Cas	Lav	Pro	2	C/F	½ SI	Cat	Agr	± 4 anos	Memb atv.
Licuri	F	57	EM	Cas	Apos	Pro	1	C/F	1 SI	Cat	Pro	2 anos	Memb atv.

Fonte: Resultado do Trabalho de Campo, SANTOS, Jacineuma S. 2018.

Considereei importantes os critérios utilizados em razão das questões que envolvem o universo Campesino. Segundo o IBGE (2017), por exemplo, aumentou significativamente a presença da mulher no campo, inclusive protagonizando a administração, de 12,7% para 18,6% em 2017.

⁸ M=Masculino; F=Feminino;

⁹ Idades: Palmeira=59; Tapioca=37; Licuri =57.

¹⁰Escolaridade: EM=Ensino Médio; EF=Ensino Fundamental; EF=Ensino Fundamental.

¹¹ Estado Civil: S=Separado; Cas.= Casada; Cas.=Casada.

¹² Ocupação: AGS: Agente Comunitário de Saúde; L: Lavradora; A: Aposentada.

¹³ Moradia: Ced.=Cedida; Pro.=Própria; Pro.=Própria.

¹⁴ Situação de Moradia: S =Sozinho; C/F= Com a Família; C/F= Com a Família.

¹⁵ Renda: SL=Salário.

¹⁶ Religião: Cat.=Católico(a).

¹⁷ Profissão: Agri.=Agricultor(a); Pro.=Professora.

¹⁸ Participação na CPT: MB=Membro Ativo.

Inserir o item sexo como critério neste quesito da caracterização foi considerado importante por se tratar de uma realidade que tem sido bastante evidenciada no campo. A questão de gênero vai perpassar inclusive as políticas públicas, uma vez que muitas delas utilizam esse critério para viabilizar o acesso a benefícios, como por exemplo o Programa Bolsa Família (PBF)¹⁹. Neste programa 91% das mulheres são responsáveis pelo saque do benefício; não só do PBF, mas de outros também.

A idade dos participantes foi levada em conta tanto pelo aspecto das propostas de modernidade e inovação que a juventude traz para o campo, quanto pelos recursos técnicos que poderão dar nova dinâmica à agricultura familiar, além de um aprimoramento nas questões da educação ambiental e sustentabilidade, sem, contudo, abrir mão da experiência dos mais idosos. Até porque, nesse sentido, o IBGE (2017) informa que está havendo um envelhecimento no campo. Em alguns estados as informações dão conta de que os produtores estão arrendando suas terras em razão da idade. Afirma ainda que, em 2017, idosos de 65 anos ou mais estão na direção de seus estabelecimentos, um aumento considerável de 21,41%.²⁰

A educação regular não só é fator de autonomia, bem como de empoderamento daqueles que trabalham no campo; daí a importância de considerar esse critério. De acordo com o IBGE, esses índices também sofreram alterações uma vez que 3,8 milhões de produtores dizem ler e escrever, no Censo de 2017, contra 1,16 milhões que não tinham alfabetização. Do total de produtores, 79,1% não foram além do ensino fundamental e 15,5% nunca frequentaram escola. Por outro lado, apenas 5,58% cursaram ensino superior, ou seja, um percentual muito pequeno de pessoas do campo frequenta o Ensino Superior. As razões são muitas, a começar por políticas públicas que não se adequam à realidade do homem do campo, tais como as distâncias a serem vencidas até a faculdade, os horários que não condizem com os horários das tarefas de um trabalhador rural, entre outros entraves que dificultam o acesso à educação formal.

O estado civil dos participantes da pesquisa se torna relevante na relação com a questão da agricultura familiar como realidade de extrema importância para o

¹⁹ Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/marco/mulheres-tem-papel-central-em-programas-sociais-do-mdsa>. Acesso em: 01/11/2018.

²⁰ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/ibge>. Acesso em: 27/10/2018

homem e mulher do campo. Afinal são as famílias, pais, filhos, sobrinhos, entre outros, que protagonizam os muitos modos de manutenção da chegada do alimento na cidade, e a agricultura familiar tem papel preponderante nas comunidades.

A população da comunidade no geral é de agricultores, no entanto isso não impede que exerçam outras atividades, visto que a condição de vulnerabilidade impõe isso ao pequeno agricultor. Dos entrevistados, como já fora citado, um exerce atividade como Agente Comunitário de Saúde, uma é professora do ensino fundamental aposentada e apenas uma pessoa exercia a ocupação de agricultora.

O que implica dizer que essas pessoas por certo figuram nas estatísticas do IBGE (2016)²¹. Nele consta que nos indicadores do 4º Trimestre, dos 206,1 milhões de brasileiros, a população com idade para trabalhar, ou seja, a partir dos 14 anos, era de 167,1 milhões. Desse contingente, os ocupados compreendiam 90,3 milhões de pessoas, dos quais 41,7 milhões se declararam de cor branca (46,2%); outros 39,6 milhões de cor parda (43,9%) e 8,1 milhões de cor preta (8,9%). Além disso, trata-se de pessoas com idade superior aos 35 anos, o que contempla os participantes dessa pesquisa.

Outro fator de relevância é a questão do gênero. Aqui foram entrevistadas duas mulheres, mas poderiam ter sido muito mais; no momento dessa pesquisa, *in loco*, na Casa de Farinha havia cerca de 25 a 30 mulheres entre jovens, adultas e idosas, por conseguinte, se levarmos em conta as estatísticas do IBGE 2016 e seus índices, o número de mulheres em atividade laboral é vastíssimo, levando em conta que a pesquisa trata de pessoas do campo.

Os participantes foram informados do objetivo da Pesquisa e suas contribuições ocorreram de maneira espontânea. O ambiente para o desenvolvimento das entrevistas fora escolhido pelos entrevistados e as entrevistas transcorreram em tempo mínimo de 35 minutos.

No ato das transcrições das entrevistas, dos áudios feitos pelos participantes, embora tenha percebido alguns deslizes da norma culta da língua, optamos por mantê-los em respeito a fala de cada interlocutor. Inseri o vocábulo com a devida

²¹ Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf . Acesso em:20/11/2018.

correção ortográfica, deixando entre parênteses a forma como cada um deles verbalizou.

Um critério que considerei importante foi o de entrevistar os moradores da comunidade e não incluir o presidente da Associação Comunitária do Uruçu. No meu entender, embora o presidente more na comunidade, seja um agricultor e esteja no contexto das vivências da comunidade, suas respostas seriam mais politizadas e menos espontâneas, diferentes daquelas dos moradores da comunidade, que trariam a simplicidade mais evidenciada, não passariam por um raciocínio mais político; seria uma fala mais livre. O contato com o presidente da Associação foi apenas para formalizar a presença na comunidade e informá-lo de como se daria o desenvolvimento da pesquisa.

A comunidade do Uruçu, além do jeito simpático e acolhedor das pessoas, tem um espírito de reciprocidade muito grande, são amistosos e colaborativos de muitas maneiras entre si. Percebe-se também que há uma independência muito grande da parte deles: tanto a comunidade quanto a Associação caminham com autonomia. Não obstante haja uma orientação da CPT, ela acontece sem imposições; estão longe de ser uma comunidade dependente da CPT

Eles se encontram, trocam ideias, partilham as dificuldades e juntos procuram a melhor solução para resolver os problemas. A CPT orienta os agricultores no sentido de que se apropriem e usufruam dos produtos existentes na região, que trabalhem com o beneficiamento dos frutos produzidos no lugar, por exemplo, o umbu, a cajá, o licuri, o tamarindo e a acerola, entre outros. Uma das ações da CPT é tentar viabilizar, através de Projetos, a captação de recursos financeiros para que os membros da Associação Comunitária possam “tocar” os empreendimentos sem ajuda de políticos, como afirmou a senhora Lucuri:

Eu só tenho a acrescentar e que cada comunidade pense, volte os olhos pra sua comunidade e veja o que tem de melhor na sua comunidade e... e aproveite pra colocar em prática e ajudar o próximo. Pra viver independente, sem depender do político, que hoje a gente tem a nossa independência, a nossa autonomia, hoje nós sabemos dar o sim e um não a um político corrupto que vem até nós. (LICURI, 57 anos, 2018).

A fala da participante demonstra que as comunidades que se organizam e caminham de comum acordo, dificilmente sofrerão influência de agentes externos que venham cooptá-los. A comunidade construiu uma Casa de Farinha na qual produzem,

além da própria farinha, fécula de mandioca para fazer beiju e fazem isso em regime de adjutório (espécie de mutirão). Ao chegar na comunidade, presenciei a situação e indaguei como funcionava o esquema ali, e uma das senhoras explicou que um senhor havia colhido uma grande quantidade de mandioca e pediu ajuda às mulheres para “*raspar*” (descascar) a mandioca, enquanto ele, o dono da matéria prima e outro homem, faziam o trabalho de lavar as raízes, colocar na máquina para moerem; em seguida a massa é lavada, posta em sacos e colocada na prensa. Sucessivamente, ia para o forno; como era um trabalho de um dia inteiro e eles são parceiros, combinaram que o pagamento da diária seria em forma de produtos: a fécula para fazer beiju, quem assim preferisse, e a própria farinha na quantidade pré-estabelecida entre eles. O que restasse daquela produção deveria ser vendido nas feiras livres dos arredores.

A impressão que se tinha era de que são pessoas autônomas e que possuem um senso de justiça aguçado, pois todos trabalhavam, conversavam, cantavam, como fazem indivíduos empoderados, senhores dos seus direitos e conscientes dos deveres.

Chamou a atenção o fato de que recolhiam a água que saía da mandioca, ou seja, a manipueira, que é o principal resíduo da mandioca, que escorria da prensa num tanque de grande porte, cientes de que, se fosse direto para o solo, causaria grande estrago, pois a manipueira é extremamente ácida e degrada não apenas o solo, mas rios, lagos, riachos e açudes. Isso confere a esses agricultores a consciência ambiental, e noção de sustentabilidade, uma vez que praticam o descarte adequado daquele resíduo tóxico. De acordo com Lima (2010), a manipueira é o resíduo líquido gerado nas indústrias de processamento de mandioca. Quando da fabricação da farinha de mandioca, faz-se necessária a retirada da água de constituição das raízes, o que é feito por compressão, cuja finalidade é a economia de combustível na secagem. O resíduo gerado é composto pela mistura da água captada pela indústria com o líquido de constituição da raiz da mandioca. A mandioca pertence ao grupo de plantas cianogênicas, por apresentar compostos cianídricos e enzimas distribuídas em concentrações. Isso evidenciou o quanto é importante uma orientação no que tange à Educação Ambiental com vistas à sustentabilidade, pois os agricultores aproveitam o que possuem em suas terras até a última possibilidade, protegem o solo, não fazem queimadas e evitam desmatar as terras que possuem. Um exemplo concreto disso é como fazem o beneficiamento do licuri que é utilizado

em vários processos; inclusive a palha é utilizada na confecção do artesanato, o umbu e demais produtos do lugar depois de processados as cascas são reutilizadas como adubo.

Na comunidade de Uruçu, as pessoas são sensibilizadas a viverem pelo interesse da coletividade. Dessa forma, a troca de informações e a tomada de decisões, resoluções das pendências da comunidade, entre outros, resultam do amadurecimento das ideias. Apesar de receberem visitas frequentes dos políticos do município, não se deixam influenciar por propostas que, de acordo com algumas conversas informais, só servem para beneficiar àqueles em período de campanha, e não contribuem em nada para o desenvolvimento da comunidade. Isso torna mais eficiente ainda a presença da CPT, haja vista que eles recebem orientação e formação política de modo que já entendem e não se deixam influenciar pelo “canto da sereia”. O mérito do trabalho de preservação ambiental é da atitude política dos membros da Comunidade de Uruçu e é frutos do trabalho formativo desenvolvido pela CPT.

4.2 COMUNIDADE DE URUÇU: ENTRE A AUTONOMIA, E A BUSCA DE SUSTENTABILIDADE

A Comunidade de Uruçu carece de calçamento, de infraestrutura diversificada, água encanada e saneamento básico. A água vem das cisternas, que na sua maioria são doadas pela CARITAS diocesana, órgão da igreja católica que promove ações sociais. A iluminação é deficiente, embora exista; tem um posto de saúde que não funciona com a frequência que deveria e está instalado em um prédio escolar desativado. A unidade escolar fica na sede do município e os jovens viajam num ônibus escolar cerca de 15 a 20 minutos em estrada de chão batido para chegar à escola. Contudo, essas pessoas buscam sua independência de diversas formas, uma vez que a renda dos trabalhadores daquela comunidade é mínima. Ao buscar a autonomia, aos poucos, tornam-se imunes às obras politiqueiras promovidas pelo poder público, o que é fundamental para uma postura cidadã.

Perguntou-se aos participantes da pesquisa: como se dá o trabalho da CPT na comunidade no que diz respeito à preservação do meio ambiente? Como acontece essa orientação deles? Conforme as falas dos participantes, a presença da CPT

contribuiu sobremaneira para que mudassem de atitude em relação aos cuidados com o ambiente em que vivem. É o que relatam a seguir:

É um trabalho árduo, trabalho muito importante, de esclarecimento, tem nos trazido bastante esclarecimentos, inclusive pra nós aqui que moramos próximo a o nosso rio Jacuípe né, que tem trazido muita coisa assim importante de conhecimento com relação ao nosso manancial que é o nosso rio Jacuípe, então tem sido bem esclarecido com relação a isso (PALMEIRA, 59 anos, 2018).

A fala do seu Palmeira nos remete a Paulo Freire, quando teoriza sobre o modo de analisar a realidade, tal qual fez esse participante da pesquisa. A partir da educação, dos aspectos cognitivos, existe uma libertação e conscientização da realidade; Freire considera:

ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (FREIRE, 1979, p. 15).

A leitura que seu Palmeira faz da sua realidade, a consciência do aprender sobre as questões pertinentes ao ambiente onde se vive, as possibilidades de transformar com as próprias mãos a realidade ao redor, contribuindo para o futuro das atuais e futuras gerações, como dizem os tratados sobre meio ambiente, é isso que ele valoriza e considera importante.

O relato de dona Licuri, por sua vez, é mais detalhado. Ela insere a comunidade na prática do que se aprendeu efetivamente com a CPT, dá a dimensão de que o aprendizado gera frutos de transformação no agir e na mentalidade das pessoas, além de educar as pessoas para uma vivência com as adversidades no semiárido, que as faz pensar com maior grau de criticidade.

É... O trabalho do CPT é um trabalho maravilhoso, é um trabalho de conscientização...né, que eles pa...passa pra o povo da comunidade ter aquela consciência da preservação do meio ambiente, de aproveitar o que era desperdiçado como no caso do..das polpa, os resíduo que sobrava o pessoal é...jogava no lixo, hoje já joga no próprio terreno que serve de adubo. Aquelas sementes é, o pessoal faz mudas e vai plantando no próprio terreno e esse conhecimento foi adquirido com a formação da CPT né, da preservação do rio...nós da comunidade de Uruçu... junto com os alunos e alguns da comunidade, ...fizemos uma campanha ...né com os alunos, de preservação do meio ambiente, nós foi até a margem do rio...Jacuípe, visitamos a.. nossa comunidade catando todo o lixo e através dessa...campanha, dessa mobilização a gente conseguiu uma coleta de lixo

pra nossa comunidade. Através desse incentivo todo do CPT (LICURI, 57 anos, 2018).

Sobre essa conduta reflexiva, Freire considera que

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece... (FREIRE, 1979, p. 15).

A fala dos participantes da pesquisa confirma a importância da atuação da CPT, pois são unânimes ao afirmar o quanto esse organismo contribui com a orientação e esclarecimentos sobre preservação ambiental, bem como os ajuda a reutilizar os rejeitos das frutas e como podem fazer o descarte adequado, além do aproveitamento das cascas de modo a fertilizar o solo e não poluir o rio Jacuípe que serve a comunidade.

A CPT realiza um trabalho árduo, segundo seu Palmeira, isso porque é do seu entendimento que não é tarefa simples mobilizar uma comunidade para preservar o meio ambiente, sensibilizar pessoas para não desmatar, entre outras atividades danosas ao solo, não fazer queimadas e não poluir o rio Jacuípe. Contudo, fica evidente que eles valorizam e reconhecem a importância do trabalho realizado pela Comissão Pastoral da Terra e a consideram um órgão formador. A partir do momento em que foram orientados pela CPT começaram a fazer o beneficiamento do licuri dando a esse fruto da palmeira um destino nobre, como, por exemplo, uso na gastronomia, matéria prima na indústria farmacêutica, reaproveitamento para melhorias do solo e até mesmo na ração do gado; daí em diante passaram a não desmatar nem realizar queimadas. Tudo isso sob a orientação da CPT e apoio técnico, também com elaboração de projetos para aquisição de maquinários e formação para uso de novas técnicas de modo que pudessem aproveitar e usufruir dos produtos característicos da região como o umbu, acerola e outros. O posicionamento de cada participante revela que embora sejam pensamentos diferentes, não são divergentes,

pois caminham em consonância com as orientações da CPT visando à preservação da natureza.

Quanto à senhora Licuri, seu entendimento sobre a CPT é de que faz um trabalho admirável, pois tanto com a juventude quanto com os adultos a CPT realiza um trabalho de sensibilização no sentido de não desperdiçar aquilo que a própria região oferece; o trabalho de mobilização com os estudantes para preservar o rio, fazendo a limpeza no seu entorno, o aproveitamento das cascas das frutas que fazem polpa para adubar o solo, enfim, a reutilização dos produtos processados na associação para gerar renda para os mais vulneráveis da comunidade. Tudo isso é feito de acordo com orientações ou sugestões da CPT que através do diálogo e da convivência conhece a realidade da comunidade e propõe aquilo que está ao alcance da comunidade e que se alinha com o perfil dela.

Sobre a CPT, Canuto considera que a formação é um processo de fundamental importância, haja vista que consideram quão necessário se faz que as pessoas do campo e todos quantos eles assistem sejam protagonistas e senhores de suas próprias vidas. E prossegue afirmando que “no decorrer de sua história, certas realidades e situações foram mais acentuadas no conjunto das ações da CPT conforme as necessidades eram mais ou menos intensas, ou de acordo com o que a conjuntura exigia” (2012, p.133). Para Canuto (2012, p. 132),

O que a Comissão Pastoral da Terra nunca esqueceu é que ela existe como um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras e como um suporte para a sua organização. É o trabalhador que define os rumos que deseja seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. E desde o começo tinha clareza de que os protagonistas dessa história são eles, os trabalhadores e as trabalhadoras.

Para os entrevistados é nítido esse entendimento de que a CPT dá formação sem imposição, com respeito pela história dos indivíduos e valorizando as contribuições dadas por cada membro da comunidade.

Isso nos reporta a Paulo Freire (1996), quando trata do valor que se deve dar ao conteúdo que cada pessoa, cada aluno traz consigo, propõe aos professores que pensem certo, que ouçam seus alunos e associem suas aulas ao conteúdo dos mesmos. Freire valoriza os saberes populares e considera que:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos,

sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996, p. 17).

Não obstante o texto se refira a estudantes e professores numa situação formal de sala de aula, o mesmo se aplica em situações diversas de ensino, pois seu conteúdo é absolutamente válido à formação do homem do campo. Essa dinâmica proposta por Freire foi observada e narrada pelos participantes da pesquisa, na relação com a CPT.

4.3 CONTRIBUIÇÕES DA CPT PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A Educação Ambiental é um processo de formação educacional permanente, formal, não-formal e informal. É trabalhada nas escolas, nas comunidades e em espaços diversos; não é ministrada como uma disciplina do currículo oficial, mas é trabalhada como tema transversal. Considerando a necessidade e importância de conhecer e de saber lidar com as questões do meio ambiente, a Educação ambiental se torna cada vez mais complexa, porém tornou-se um ensino extremamente necessário.

Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795 de 1999, em seu Art. 1º,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, 1999).

Esses marcos legais da educação ambiental passaram a existir desde a Constituição Federal (CF) de 1988 no artigo 205, onde se lê que “educação é direito de todos” e no artigo 225 que trata especificamente do meio ambiente como espaço “ecologicamente equilibrado e um bem de todos”. A partir da CF 88, outras leis foram elaboradas, tais como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) entre outras, em razão da

importância e urgência de uma regulamentação normativa que não só criminalizasse a degradação ambiental, mas inibisse tentativas de fazê-lo e construísse consciência de preservação da Natureza.

Os participantes foram questionados sobre quais ações são realizadas pela CPT na comunidade para preservar o meio ambiente. Eles responderam que com a ajuda da CPT eles foram aprendendo a cuidar do lugar onde vivem, e havia um consenso ao responderem que se preocupam e até mesmo procuram resolver as questões que se apresentam, como pode ser observado nas falas a seguir:

[...] o meu exemplo com relação a essa preservação do meio ambiente pra mim tem é...algo de exemplo disso com relação a nossa convivência com o meio ambiente que temos já é...resultados com relação a isso que a gente já tem trabalhado com a comunidade, com os trabalhadores rurais na questão do meio ambiente, na questão das queimadas, né, o pessoal já está (estão) se educando com relação a isso, (PALMEIRA, 59 anos, 2018).

[...] as ações que nós temos feito é... a preservação do licuri que foi uma delas que hoje tem bastante coquinho aonde a gente produz o óleo, a cocada, o quebra queixo e...e vários alimentos dele, e foi também é...orientação... a comunidade junto com a CPT que nós temos, tivemos mais formação e hoje... e melhoramos muito na preservação, (TAPIOCA, 37 anos, 2018).

É a gente tem feito algumas ações e temos exemplo, na questão da preservação do licuri, é... as pessoas hoje tem a consciência de não desmatar mais o licuri e através dessa consciência que foi passando pra o pessoal da comunidade, os agricultores que tinham a intenção, a... que derrubava o licuri a gente conseguiu uma lei de preservação do licuri a nível municipal, e através dessa lei municipal de preservação ao licuri_também foi conseguida uma lei estadual, a nível estadual que já tá em vigor, e através dessas leis o pessoal se educou, já não desmata mais, não tem as derrubadas e nem as queimada do licurizeiro (LICURI, 57 anos, 2018).

Observei que seu Palmeira e as senhoras Tapioca e Licuri, realizam ações que ajudam no processo de preservação do meio ambiente na comunidade onde vivem, orientando a comunidade e tendo atitudes de preservação em suas próprias terras.

Na região árida e seca onde vivem, seu Palmeira, por exemplo, cita as queimadas que deixaram de existir a partir de um trabalho de sensibilização feito na comunidade, orientando as pessoas a não fazerem esse tipo de procedimento; por essa razão ele considera que a comunidade está se educando. A senhora Tapioca julga que a preservação dá frutos, tanto que relata sobre o licuri, fruta nativa, e do quanto eles, através do processo de preservação e do beneficiamento desse fruto, obtiveram muitos resultados positivos, percebendo quantas coisas podem ser feitas com a referida palmeira, cujas possibilidades de uso é bastante diversificada.

Da parte de dona Licuri, que é uma das fundadoras da Associação Comunitária de Uruçu, a preservação teve papel preponderante na comunidade, haja vista que, segundo ela, foi essa conscientização que levou os agricultores a não mais desmatar e não realizar a derrubada das palmeiras do licuri. A comunidade se educou no sentido de não fazer mais as queimadas, derrubadas, entre outras ações danosas ao meio ambiente. De tal forma que o município de Mairi, e em seguida o Estado da Bahia, criou a Lei municipal de Preservação do Licuri, de nome científico *Syagrus Coronata*, nº 767/2013 e Lei estadual nº 21.135/2015, respectivamente.

Hoje o licuri é uma Palmeira protegida por lei. Atualmente a informação assume um relevante papel: ciberespaço, multimídia, internet. A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida, afirma Jacobi (2003, p. 192). O autor prossegue considerando que a educação ambiental assume uma função transformadora na qual a corresponsabilidade dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento sustentável. Portanto, a educação ambiental abre portas para um novo agir cidadão capaz de mudar a vida das pessoas e das comunidades.

A contribuição de Jacobi reforçou as falas dos participantes, sobretudo a da senhora Tapioca, quando se refere à CPT como um organismo importante na sua formação para a educação ambiental e da comunidade também. Os participantes da pesquisa foram unânimes em suas posições acerca das contribuições da CPT, no que se refere à educação ambiental.

Perguntados sobre como acontecem as reuniões, como socializam experiências, os participantes responderam que os encontros entre eles são frequentes e em ocasiões diversas, como se pode perceber nas narrativas dos participantes da pesquisa:

Na verdade aqui na nossa comunidade a gente sempre aproveita os momentos de reunião de associação..., né, de celebrações na igreja, então a gente, porque assim...é um...uma comunidade que todo mundo trabalha, todo mundo precisa de trabalhar pra sobreviver, então a gente aproveita os momentos de encontro com esse grupo. (PALMEIRA, 59 anos, 2018).

Quando perguntada sobre a frequência com que as reuniões aconteciam, dona Tapioca afirma que:

Sim, nos encontramos em mutirão, ...em trabalhos na comunidade, em reuniões sempre trocamos experiência e sempre vem dando certo. (TAPIOCA, 37 anos, 2018).

Tive a oportunidade de ir à casa da senhora Tapioca, que é a mais jovem entre os entrevistados. Trata-se de uma dona de casa com dois filhos já crescidos. Lavava roupas e cuidava do almoço ao mesmo tempo. Quando a vi pela primeira vez, estava raspando as cascas da mandioca no regime de mutirão, daí escolher esse nome. Ela tanto faz esse tipo de atividade e recebe dali o produto, no caso a tapioca pra fazer beijus, e também marca presença no meio da comunidade, contribuindo nos mutirões que realizam; essas ocasiões geram uma relação de confiança. Há uma reciprocidade entre a comunidade e isso lhes permite caminhar juntos na mesma direção visando o bem de todos.

Ao perguntar sobre a periodicidade dos encontros, a senhora Licuri respondeu:

Sim da própria comunidade, a gente tem esse intercâmbio, com outras pessoas de outros países, que já vieram fazer visita aqui na comunidade com troca de experiência e também com o município vizinho, as cidades vizinhas do município se encontram pra partilhar experiência...

Pesquisador(a): ... e com que frequência vocês costumam se encontrar?

Participante: De mês em mês, com as comunidade de quinze em quinze, as vezes festa do padroeiro né, em mutirões... a gente se encontra...na... as vezes tem o costume na comunidade de ter uma casa é... de um colega que tá precisando de uma ajuda, se reúne a comunidade e vai até lá e ajuda este colega a construir a sua casa através de mutirão...(LICURI, 57 anos, 2018).

Dona Licuri, por sua vez, faz referência não só aos encontros da comunidade para comunicarem experiências, mas também à sua socialização com pessoas de outras cidades e até outros países.

De acordo com o senhor Palmeira, os encontros acontecem conforme as possibilidades da comunidade, uma vez que a maioria trabalha; são pais e mães de família que precisam de renda para manter o sustento da casa. As reuniões acontecem na associação, na igreja quando há algum evento; é quando conseguem encontrar a comunidade para trocar ideias, experiência e resolver questões pendentes. Por outro lado, dona Tapioca refere-se às reuniões citando os mutirões, os trabalhos da comunidade que ela considera muito importante.

Para cada entrevistado as reuniões acontecem de jeitos diferentes: eles se encontram nos eventos da igreja, nos mutirões e na associação. Na comunidade, há também a presença de pessoas externas à comunidade inclusive de outros países,

que, contudo, buscam sempre conhecer os desafios pelos quais a comunidade está passando, tanto no aspecto individual, como consta na fala de dona Licuri, quanto no coletivo; nas situações que afetam a comunidade como um todo, eles procuram se ajudar.

Mocellim (2011, p. 106) faz uma análise do que seja comunidade desde a época clássica até a idade contemporânea e considera que “Comunidade é sempre o lugar onde podemos encontrar os semelhantes e com eles compartilhar valores e visões de mundo”. Segundo Mocellim a comunidade é um lugar que significa segurança e é onde se encontra proteção contra os perigos externos, além de ser o lugar onde se encontra apoio para os problemas que cada um enfrenta.

4.4 PRESERVAR, CUIDAR E CONVIVER COM O SEMIÁRIDO: UMA ATITUDE EM DEFESA DA VIDA

Por muitos anos no Brasil a seca se configurou como um drama que não tinha solução nem a médio ou longo prazo, no semiárido nordestino. Segundo o IBGE (2004)²², o índice de Insegurança Alimentar total, na zona rural, por domicílio, era na ordem de 875.562 pessoas sobrevivendo com ¼ de salário mínimo. Para Pimentel (2000, p. 5), “a lógica do combate à seca é sempre percebida quando nos aproximamos das ideias e ações governamentais”. O autor considera que, desde a colonização até os dias atuais, mudaram as estratégias, contudo a lógica continua sendo a mesma: das plantações de mandioca, para a plantação de uva, manga, aspargos, entre outros. A prioridade, de acordo com Pimentel, era a de explorar as riquezas do semiárido, sobretudo os recursos hídricos. E mais, para Pimentel, existe um posicionamento político intencional na manutenção das condições do semiárido, pois sem ele os políticos não seriam os senhores dessa história de poder e de manutenção de um estado de coisas em favor tão somente dos interesses pessoais de cada um.

Essa noção institucionalizou uma visão equivocada, ideologicamente elaborada pelas elites oligárquicas e pelo Estado, de que o problema do semiárido é a seca, e este território passa a ser visto como “Odisseia de

²²Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/segalimentar/suguranca_alimentar2004.pdf . Acesso em:07/01/2019.(pág. 88).

desvalidos”, por isso é que é importante compreender em que se fundamenta a lógica do combate à seca, pois é ela que confirma a presença do Estado na elaboração de suas políticas para o semiárido, (PIMENTEL, 2000, p. 5).

O estado de absoluta pobreza que existia e ainda existe, não apenas por conta das condições climáticas, mas em razão dos políticos se empenharem pouco em resolver o problema, e ainda criarem uma verdadeira indústria da pobreza para que, se mantendo esse *status quo*, eles poderiam percorrer o Nordeste inteiro fazendo promessas sem cumpri-las e voltando anos depois com desculpas diversas, justificando o não cumprimento delas, e ainda a ausência de políticas públicas adequadas que promovessem, não obstante a ausência de chuvas por longo período, a permanência do homem em suas propriedades.

As pessoas foram aprendendo a conviver com a seca, adaptando-se ao semiárido, plantando, cultivando, criando animais de várias espécies e provando que dava para viver e sobreviver com a realidade climática do lugar e que as alternativas existiam. Faltavam apenas os meios de produção para que pudessem transformar o que já possuíam em riqueza, como, por exemplo, reservas da água da chuva, animais que melhor se adaptassem à região, irrigações com uso limitado de água, sementes de melhor qualidade e equipamentos, entre outras alternativas, apesar do clima e da ausência constante da água dos rios e das chuvas.

Foram perguntados se houve mudança significativa na percepção que tem em relação à sustentabilidade e a maneira de preservar o meio ambiente. As respostas foram afirmativas e tiveram diversos olhares como se poderá ver a seguir:

Sim, na concepção tem tido grandes resultados, como falei antes disso, essa conversa, esse dialogo esse esclarecimento, a gente sabe que é uma coisa que não vem tão rápido, mas que é uma coisa...uma educação, que eu chamo isso de educação né, a...a ...a nós seres humanos, então precisamos entender isso que é uma educação de longo tempo, isso num vem com pouco tempo, isso é uma coisa de longo prazo (PALMEIRA, 59 anos, 2018).

Houve sim, foi...uma delas foi a coleta de lixo, que antes a gente não tinha né, foi onde a associação entrou com ... a escola que foi o projeto do CAT (Conhecer Transformar e Analisar)*, não é... ai..., fizemos o pedido, foi até o prefeito e ele acatou, e hoje temos a coleta de lixo, e...(pausa longa)..a gente us...fazia popa e... nós não sabia (pausa) usar os resíduos (residiu) deles, as cascas das frutas né?! E hoje, hoje é adubo, hoje a gente aduba a terra, não é, como eu falei, que eu, eu planto uma hortinha, então..., no...no lugar adequado que a gente planta, não usa agrotóxico o próprio mato que a gente capina é ele que a gente usa pra adubar a terra (TAPIOCA, 37 anos, 2018).

Houve, houve uma mudança... maravilhosa! Hoje as pessoas da nossa comunidade, já vê a comunidade com outros olhos, e até quem vem de fora né, na preservação, na união..., no trabalho, na renda, na geração de renda...né, na sustentabilidade, que muitas pessoas migravam... iam pra Mato Grosso, pra São Paulo e hoje já não vai mais. E aprendeu a lidar com o semiárido...né, eeee.....através do CPT éé...as famílias aprendeu a lidar com essa situação, que hoje já não sai mais pra fora, eee... ela também, a CPT, Claudio, ele fez a sistematização da associação, ele começou da nossa história, da nossa base e construiu a história da Associação que é muito bonita até agora. E teve também um trabalho com os jovens...né, e alguns adolescentes também que se envolveu dentro desse trabalho... de consciência...que pra gente tê a consciência a gente tem que começa da nossa base, ...da nossa... do alicerce, da nossa... casa, da nossa própria casa, da escola...da comunidade, da base da igreja ..., que é a base né, de tudo isso... (LICURI, 57 anos, 2018).

Nota-se que para o senhor Palmeira houve mudanças sim, pois ele considera que as pessoas da comunidade se educaram, foram esclarecidas sobre como preservar o meio onde vivem. Não obstante ele considere e ressalve que se trata de uma realidade a longo prazo, o processo de educação para preservação, não é, no entender dele, coisa que se aprende rápido, porém, ele percebe como uma mudança favorável na comunidade.

Isso me leva a retomar a reflexão que Caldart *et al* (2012, p. 133). Conforme se pode ler, “desde os primeiros momentos até hoje, a Comissão Pastoral da Terra considerou a formação um elemento essencial para a sua ação...” É importante “que os homens e as mulheres do campo assumam as rédeas de suas lutas, sendo protagonistas de sua história”.

Por sua vez, dona Tapioca cita os avanços decorrentes da atuação da CPT naquela comunidade, pois antes eles não tinham coleta de lixo e isso foi introduzido na comunidade em razão das ações que promoveram de limpeza das áreas ao redor do rio Jacuípe, em parceria com a prefeitura que, como contrapartida, lhes assegurou a coleta periódica de lixo; outra coisa em seu relato é o reaproveitamento das cascas das frutas e do capim para adubo e proteção do solo. Mas o que mais chama a atenção na fala de dona Tapioca é que lhes é possibilitado aprender metodologias como a que ela cita, o Conhecer, Analisar e Transformar (CAT), um projeto pedagógico que faz parte da educação no/do campo, dando aos alunos e à comunidade a perspectiva da autonomia para o entendimento, análise e possibilidade de transformar a realidade ao seu redor, uma visão crítica das coisas que acontecem com a comunidade e a capacidade de mudarem.

Na resposta de dona Licuri, seu entusiasmo é latente. Ela tece elogios ao trabalho do coordenador diocesano da CPT e descreve o quanto o trabalho da CPT contribuiu para mudar e influenciar na permanência dos membros da comunidade em suas roças, ao invés de migrarem para outras cidades e estados. Ela faz referência à mudança de atitude das pessoas, no sentido da preservação e das atitudes sustentáveis, e o quanto essa atitude de preservar, reaproveitar e beneficiar os produtos que a natureza da região lhes oferece pode gerar renda, de maneira que não precisam sair de suas comunidades e se afastarem da família ou de suas origens. Dona Licuri aponta a participação dos jovens e do seu interesse nas atividades de preservação o que lhes permite sonhar com o futuro sem precisar se afastar tanto da família e da comunidade; ao contrário, os jovens podem contribuir, e muito, para a questão da sustentabilidade, pois estudam e tem a prática em suas próprias casas.

A parceria homem-natureza que se observa no discurso desses entrevistados, corrobora com a tese de Karl Marx quando diz que o homem se transforma à proporção que transforma a natureza; isso pode ser sob a perspectiva positiva ou negativa e, no caso do homem do campo, especificamente dessa comunidade visitada por essa pesquisadora, os aspectos positivos se sobressaem. Ali as pessoas se adequam ao estado da natureza, que no caso do semiárido é desfavorável. Sua exploração tem a finalidade da sobrevivência, e nesse processo se unem, estabelecem metas comuns, socializam experiências e se enriquecem mutuamente, além de preservarem o ambiente de forma que se mantenha dentro da perspectiva sustentável. De acordo com LUZ (2004, p. 5), o homem se transforma na medida em que interage com a natureza, e nesse processo de produzir e trocar ele se torna um ser social. Citando Marx e Engels, ela vai afirmar que:

produzindo seus meios de vida, os homens produzem a sua própria vida. O que os homens são coincide com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem (LUZ, 2004, p. 5, *apud* MARX E ENGELS, (1987).

O que Marx expressa no texto acima se reflete na Comunidade de Uruçu, campo de estudo dessa pesquisa. Não fosse isso, essa interação, a comunidade poderia ser apenas um grupo de pessoas isoladas a 18 quilômetros da cidade principal e não ter uma vida produtiva e rica na troca de saberes, de cultura, de economia, entre outros elementos que compõem a história do povo de Uruçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho de conclusão de curso, pesquisei a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), junto à comunidade de Uruçu no município de Mairi-BA. A CPT é uma Comissão instituída pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), composta por leigos e membros do clero, entidade da Igreja Católica que funciona como um catalizador das condições de vida das populações mais vulneráveis, no semiárido baiano, no litoral junto as comunidades ribeirinhas, pescadores, marisqueiros(as), quilombolas, índios, entre outros. Ela é mediadora na busca do desenvolvimento dessas comunidades pela via da construção da autonomia; a CPT trabalha em parceria com entidades nacionais e internacionais, inclusive as ecumênicas, junto aos órgãos públicos, na tentativa de garantir direitos às pessoas das comunidades nos processos de emancipação, regularização de territórios e da permanência neles, além de propiciar capacitações de forma que as comunidades possam empreender através do trabalho e da educação ambiental.

Assim, com vistas à independência econômica, política e cultural dessas comunidades e na perspectiva delas não se submeterem aos mecanismos controladores e opressores do sistema capitalista, a CPT promove encontros de orientação no campo da economia solidária, do direito, da educação ambiental, visando a sustentabilidade, e nesses encontros, contribui orientando as pessoas da comunidade acerca de suas demandas. O mais significativo é a experiência dos moradores do lugar: eles são respeitados e valorizados em suas falas e aquilo que a comunidade anseia se torna realidade com o trabalho de todos.

O objetivo da pesquisa foi alcançado uma vez que a comunidade que visitei mostrou que conseguiu sua autonomia, tanto financeira quanto na atitude política, a capacidade de discernir entre a sedução do discurso político que antes os cooptavam e o trabalho frutuoso cujos efeitos são a dignidade da pessoa, o exercício de cidadania pelas vias da busca exigente e convicta dos seus direitos, a consciência empreendedora, de modo particular a consciência ambiental. Isso foi observado, quando todos foram unânimes em afirmar que não fazem mais queimadas, não usam agrotóxicos e não desmatam e, ademais, protagonizam uma história rica através de uma associação que adquiriu maquinários para processarem a palmeira do licuri, que antes era destruída por eles mesmos e que agora se torna a menina dos olhos de suas ações e objeto dos projetos idealizados. A cada dia, descobrem uma utilidade

para ela: da casca à polpa do licuri tudo se aproveita, uma revalorização de tudo o que é nativo e que a comunidade não tinha esse conhecimento.

Para além de tudo isso, a contribuição da comunidade valorizando a palmeira do licuri, promovendo festas temáticas, divulgando seus benefícios nutricionais, estéticos e terapêuticos, tornando-o objeto de estudos de institutos superiores. Chamou a atenção sobre o licuri a tal ponto que o município criou a lei de preservação do licuri e, pouco tempo depois, a lei tornou-se de âmbito Estadual; isso tudo promoveu o nome da comunidade, que hoje é visitada por entidades nacionais e internacionais.

Nessa pesquisa tratei de identificar na Bahia uma comunidade que tivesse a presença da CPT e, em seguida, caracterizei a que escolhi, no caso, a Comunidade de Uruçu em Mairi, na região do semiárido, mostrando a riqueza daquele lugar e identificando os participantes da pesquisa. Os dados constam no desenvolvimento desse trabalho, que foram aos poucos se revelando, à medida em que conversávamos. Escolhi três lideranças para minha entrevista, tratando-se de membros bastante comprometidos com as realidades da comunidade.

Procurei descrever a maneira como trabalha a CPT, que não é uma orientação imposta; ao contrário, existe uma interação muito grande entre eles, haja vista que socializam os conhecimentos e as experiências. A partir do trabalho em parceria, os resultados estão surgindo e isso se revela principalmente com a permanência das pessoas naquela comunidade, o que antes não ocorria.

Por fim, considerei que a metodologia de trabalho da CPT concernente ao viés das políticas públicas de preservação do meio ambiente é coerente com sua missão, que é assegurar que as pessoas tenham direito à terra, ao rio preservado para a pesca, que contribui na renda familiar, que as comunidades tradicionais vivam em conformidade com sua cultura, suas tradições e que sejam respeitadas em seus espaços. No entanto, ela não se esquivava de sensibilizar outras comunidades para melhorarem suas condições de vida, ou de promover ações e/ou contribuir na elaboração de projetos que captem recursos para que as comunidades vivam dignamente, sobretudo através de suas próprias atividades, com fins de melhorar a renda das pessoas e promover vida digna no campo.

Assim, a CPT orienta seus assistidos no sentido de que se apropriem do direito que lhes compete para adquirir os benefícios que as políticas públicas lhes permitem acessar. Propõe alternativas de uso eficiente das verbas públicas que beneficiem a

comunidade da melhor maneira dentro das demandas coletivas e da liberdade de escolha que elas possuem.

A contribuição desse trabalho deverá ser primeiramente para a comunidade acadêmica e o público em geral, para que possam conhecer a atuação da CPT, como de fato acontece. A mim permitiu conviver com as pessoas da comunidade de Uruçu, que, pelo conhecimento, formação e partilha com a Comissão Pastoral da Terra, tornaram-se senhoras de si, capazes de dizer não aos “favores políticos” e se apropriarem de suas vidas com o devido senso de responsabilidade, num exercício de cidadania singular.

Autonomia é uma palavra que define bem a comunidade de Uruçu. Espero que essa pesquisa retorne para eles como um espelho no qual possam se ver e se orgulhar, sem contudo se perderem no convencimento de que tudo está perfeito, pois podem acrescentar melhorias à comunidade e promover qualidade de vida, ainda melhor, para todos.

Para o universo acadêmico, uma vez que a pesquisa não se esgota aqui, almejo que essa contribuição sirva para motivar outras pesquisas no futuro, de modo mais aprofundado sob as diversas temáticas postas aqui: educação ambiental, sustentabilidade, movimentos sociais, agricultura familiar, agroecologia, enfim, todos os assuntos expostos na pesquisa, mas, sobretudo a CPT.

Considero que o objetivo foi alcançado, haja vista que a mais alta missão da CPT que é preservar a vida, de fato se concretiza em suas ações, uma vez que as pessoas anseiam permanecer em seus lugares de origem, construindo uma história de vida mais favorável, convivendo com os seus familiares, preservando a natureza, usando alternativas sustentáveis de cultivo, de plantio, de beneficiamento das árvores frutíferas nativas, trocando propostas de dinheiro fácil, por trabalho árduo, porém cheio de dignidade e solidariedade, como foi citado nas falas dos participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, a Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável** – 4ª ed. Porto Alegre- RS, - UFRGS, 2004.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo - Saraiva, 2004.

BRANDTLAND, Relatório. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: NOSSO FUTURO COMUM – 2ª. Ed. Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro, 1991.

BRASIL. **Resolução 306 - CONAMA, 2002**. Ministério do Meio Ambiente.

Cardoso, Tayguara Torres. **Sertão Nordestino, Desenvolvimento e População** – Josué de Castro, Celso Furtado e o debate em torno da “Operação Nordeste” Mestre em Ciências Sociais PPCIS/UERJ e-mail: tayguaratorres@ig.com.br – 2008 - Disponível em: https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Tayguara.pdf, Acesso em: 04/02/2019.

CALDART, R.S. e organizadores - **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO** - Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANUTO, Antônio. - **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO** - Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARMO, Maristela Simões do. **AGROECOLOGIA: NOVOS CAMINHOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR** - Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, dez. 2008. Disponível em: http://www.apta.sp.gov.br/Publicacoes/T&IA2/T&IAv1n2/Artigo_Agroecologia_Novos_Caminhos_3.pdf - Acesso em: 10/04/2018

CNS - **Conselho Nacional de Saúde – Resolução 510** – 07 de abril de 2016
Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 - seção 1, páginas 44, 45, 46.

CPT – **Conflitos no Campo** - Disponível em: <http://pnsr.desa.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/07/Conflitos-no-Campo-2016-WEB.pdf> - Acesso em: 24/11/2017.

DANTAS, Eugênia Maria. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE** Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaco/Org_Esp_A07_I_WEB_SF_SI_050805.pdf Acesso em: 16/04/2018.

DICKMANN, Ivo. CARNEIRO, Sonia Maria M. - **Paulo Freire e educação ambiental**: contribuições a partir da Obra Pedagogia da Autonomia - R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 87-102, jan./abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** – 17ª Ed. Rio de Janeiro - Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

_____, Paulo. **Conscientização**. Teoria e Prática da Libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. SÃO PAULO - CORTEZ E MORAIS (1979).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade – disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em: 12/04/2018.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável**. Este texto foi elaborado a partir de uma Conferência proferida no dia 14 de outubro de 2004 no 111 Encontro Nacional do Meio Ambiente, em Salvador/BA.

MALUF, Renato S. – Relatórios Técnicos 2 – Agosto de 2006 – Segurança Alimentar e Fome no Brasil – 10 Anos da Cúpula Mundial de Alimentação. Disponível em: <http://www.portalsida.org/repos/relatorio10anosCMA.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos sociais no meio rural no Brasil. Revista del observatorio social da America Latina/ OSAL. Ano 1 n°2/ setembro, 2000.p. 37-44 – Disponível em:<

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Conflitos%20sociais%20no%20meio%20rural%20no%20Brasil%20contempor%C3%A2neo%20-%20Leonilde%20Servolo%20de%20Medeiros.pdf> – Acesso em: 10/04/2018.

MINAYO, Maria C. de Souza. (Organizadora). **PESQUISA SOCIAL, Teoria, método e criatividade**. 28ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOCELLIM Alan Delazeri - **A comunidade: da Sociologia Clássica à Sociologia Contemporânea** - PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica LAUDATO SI**, Sobre a casa comum. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2015, 197p.

PIMENTEL, Alámo. Processos educativos e suas gêneses na convivência com o semiárido Brasileiro. In Seminário de educação no contexto do semiárido Brasileiro, I, 2000, Juazeiro, BA.

SOUZA, André Luiz Lopes de. - **MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA** - ISSN 15169111 - PAPERS DO NAEA N° 045 – Belém, Agosto de 1994.

Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/045.pdf>. **Acesso em:** 19/07/2017.

PLURAL, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

APENDICE

PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

OBJETIVO 1	PERGUNTA 1
- Caracterizar sociodemograficamente a comunidade escolhida;	1- Como é a relação dessa comunidade com outros/as comunidades/municípios ligados a CPT? Há uma troca de experiências?
	2- Quais as mudanças observadas na sua comunidade, após o trabalho desenvolvido pela CPT? 3- Como foi o primeiro contato da CPT com essa comunidade? Vocês foram à procura dela ou vieram aqui?
OBJETIVO 2	PERGUNTA 2
- Descrever a atuação da Comissão Pastoral da Terra junto aos trabalhadores rurais;	1- Quais ações vocês tem feito em vista da preservação do meio ambiente? Vocês tem algum exemplo disso?
	2 – Vocês se encontram com os outros trabalhadores para trocarem experiência? Com que frequência?
OBJETIVO 3	PERGUNTA 3
- Analisar a atuação da CPT sob a ótica do que é preconizado pelas Políticas Públicas de preservação do meio ambiente e sua sustentabilidade.	1- Como é o trabalho da CPT na sua comunidade, no que diz respeito à preservação do meio ambiente?
	2 – Houve mudanças significativas na percepção que vocês tinham em relação a sustentabilidade e à maneira de preservar o meio ambiente?

